

# **Demonstrações financeiras Individuais e consolidadas**

**31 de março de 2025  
com Relatório do Auditor Independente**



Relatório da administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	18
Balancos patrimoniais	25
Demonstrações dos resultados	27
Demonstrações dos resultados abrangentes	28
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	29
Demonstrações dos fluxos de caixa	30
Demonstração do valor agregado	32
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Informações sobre o grupo	33
2 Políticas contábeis	34
3 Estimativas e premissas contábeis significativas	50
4 Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e caixa restrito	51
5 Contas a receber de clientes	52
6 Contas a receber – Cooperativa	52
7 Estoques	53
8 Tributos a recuperar	54
9 Ativos biológicos	54
10 Imobilizado	56
11 Investimentos	59
12 Intangível	61
13 Direito de uso e Arrendamentos e Parcerias agrícolas a pagar	61
14 Fornecedores	63
15 Empréstimos, financiamentos e debêntures	63
16 Salários e encargos sociais	65
17 Tributos parcelados e sub judice	65
18 Provisão para contingências	66
19 Imposto de renda e contribuição social diferidos	68
20 Patrimônio líquido	70
21 Receita operacional líquida	73
22 Despesas por natureza	74
23 Outras receitas (despesas), líquidas	74
24 Resultado financeiro	75
25 Instrumentos financeiros	76
26 Compromissos	80
27 Transações com partes relacionadas	81
28 Seguros	83

## Relatório da Administração

Jaboticabal/SP, 29 de maio de 2025 – A Usina Santa Adélia S.A. (“Santa Adélia” ou “Companhia”) divulga seus resultados consolidados do exercício findo em 31 de março de 2025. Os valores aqui apresentados são comparados com os do exercício findo em 31 de março de 2024, exceto se indicado de outra forma. Os saldos contábeis aqui apresentados foram elaborados de acordo com a legislação societária brasileira e as práticas adotadas no Brasil, já em conformidade com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

## Mensagem da Diretoria

Prezados stakeholders,

Encerramos a nossa 88ª safra na matriz em Jaboticabal e a 18ª safra, na filial em Pereira Barreto, um período em particular, muito desafiador. Vivenciamos as incertezas impostas pelas condições climáticas adversas, com chuvas abaixo da média histórica, com efeito, em uma seca prolongada, que impactaram diretamente nossas operações e a produtividade de nossos canaviais.

Além disso, vivenciamos a dura realidade dos incêndios ocorridos em nossas lavouras. Em um momento único e extremamente crítico, queimadas de grandes proporções destruíam nossos canaviais, ações que acreditamos serem predominantemente criminosas, em especial os incêndios concentrados no mês de agosto de 2024, na unidade de Pereira Barreto. Além de prejudicar parte da lavoura ainda não colhida, aproximadamente 9.850 hectares, uma área também relevante de soqueira, 6.100 hectares foi impactados.

A Companhia respondeu tempestivamente, com ações para mitigar os efeitos adversos, como a priorização da moagem da cana-de-açúcar queimada. Nossas brigadas de incêndio atuaram incansavelmente para combater as chamas e minimizar os danos, sem que houvesse, felizmente, nenhuma vítima. As ações coordenadas que executamos permitiram garantir a segurança de nossos colaboradores. Ainda, para não comprometer a produtividade das próximas safras, a Companhia realizou tratamentos culturais complementares no montante aproximado de R\$ 2,8 milhões.

Com o efeito destas adversidades, seca prolongada e queimadas generalizadas, nossa Companhia obteve uma redução de moagem de 10,2% comparada à safra anterior. Os preços praticados na safra, embora mais remuneradores, não foram capazes de sustentar nossa margem histórica de lucro operacional, com uma redução significativa frente à safra 2023/2024.

Hoje, no entanto, com otimismo renovado, podemos afirmar que atravessamos essas dificuldades com sabedoria. As lições aprendidas nos fortaleceram, impulsionando-nos a buscar ainda mais eficiência e sustentabilidade em nossas práticas agroindustriais. Olhamos para o futuro entusiasmados e otimistas com a safra 2025/2026, principalmente com o início das operações da nossa nova fábrica de açúcar, construída na planta de Pereira Barreto. O aumento na flexibilidade do mix, com maior volume de produção de açúcar, nos proporcionará melhor gestão dos riscos de preços.

Destacamos como assertiva nossa decisão de investir em irrigação em Pereira Barreto, plano estratégico iniciado há dois anos e acelerado nesta safra, tendo a inauguração de nosso primeiro polo de irrigação por gotejamento, o “Polo Igarai”, representando um marco importante em nossa trajetória.

Encerramos mais uma safra confiantes na nossa estratégia e nos avanços estruturais que temos implementado ao longo dos últimos anos. Seguiremos trabalhando focados na entrega de resultados financeiros e geração de valor em nossas operações agroindustriais, com ética, excelência, segurança e sustentabilidade, os nossos valores.

Agradecemos a confiança depositada pelos nossos acionistas, colaboradores e demais parceiros, que são fundamentais para a construção permanente de uma Usina Santa Adélia rentável, próspera e reconhecida no setor sucroenergético brasileiro.

Com estima,

Diretoria executiva da Usina Santa Adélia

## A Usina Santa Adélia S.A.

Com matriz na cidade de Jaboticabal e filial em Pereira Barreto, ambas no estado de São Paulo, a Usina Santa Adélia S.A. é uma agroindústria que atua em toda a cadeia de produção de cana, açúcar, etanol e energia. Com mais de 88 anos de história, a Companhia é uma entidade de capital fechado e é controlada, desde sua fundação, por um grupo de acionistas da Família Bellodi.

A Companhia é cooperada da Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo (“Copersucar”), desde a sua fundação no ano de 1959, cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega da produção de açúcar e etanol nos estabelecimentos da cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos nos mercados interno e externo é rateado para os todos os cooperados do sistema.

Assim como outras companhias do setor, nossos resultados operacionais e financeiros estão expostos a riscos diversos, características do nosso negócio, tendo em vista que fatores externos, tais como condições climáticas, preço das commodities e políticas governamentais, podem afetar consideravelmente os preços do açúcar, etanol e energia, consequentemente, podendo impactar o desempenho financeiro da Companhia.

## Destaques do Ano Safrá

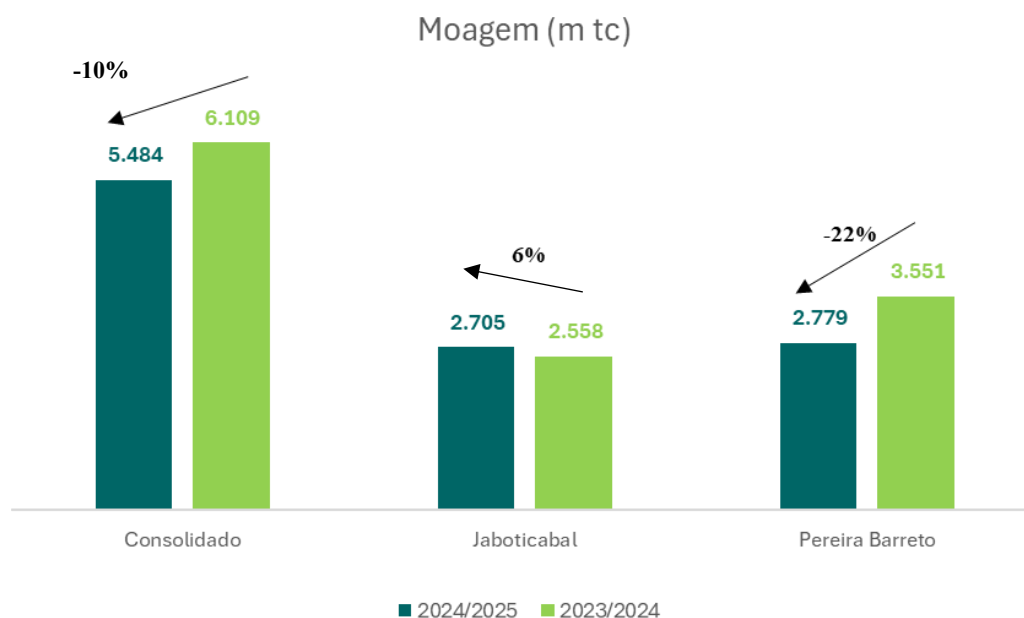
<b>MOAGEM</b> <b>5,5 milhões tc</b> -10% vs. 23/24  Redução pelos efeitos climáticos e incêndios nos canaviais	<b>PRODUÇÃO ATR</b> <b>729,9 mil t</b> -11% vs. 23/24  Reflexo das questões climáticas e incêndios nos canaviais	<b>PRODUTIVIDADE</b> <b>72,5 tch</b> -25% vs. 23/24  Efeitos climáticos e incêndios nos canaviais, sobretudo, em Pereira Barreto	<b>ATR por HECTARE</b> <b>9,6 t/ha</b> -26% vs. 23/24  Impacto pela redução expressiva no tch
<b>RECEITA LÍQUIDA</b> <b>R\$ 1.491,9 milhões</b> -3% vs. 23/24  Impacto pelo menor volume produzido	<b>EBITDA AJUSTADO</b> <b>R\$ 496,6 milhões</b>  Margem de 33,3% -7,2 p.p. na margem em relação à safrá anterior	<b>LUCRO LÍQUIDO</b> <b>R\$ 79,4 milhões</b> -77% vs. 23/24  Margem pressionada pelo custo fixo Término dos recebíveis da indenizatória do IAA	<b>DÍVIDA LÍQUIDA</b> <b>R\$ 472,8 milhões</b> +58% vs. 23/24  Com índice de alavancagem equivalente a <b>0,95x</b> (Dívida líquida / EBITDA Ajustado)

## Resultados Operacionais

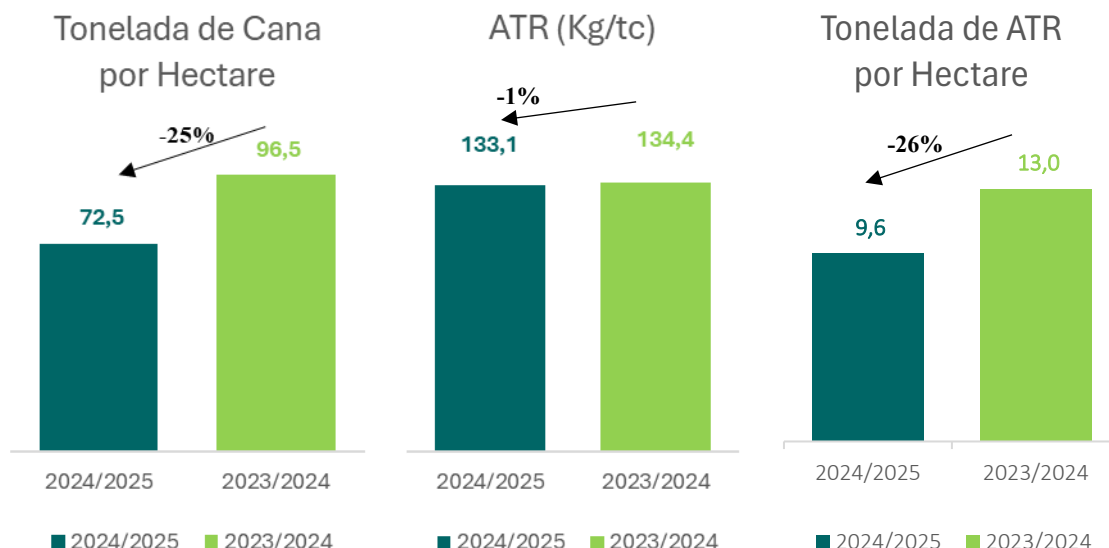
- **Moagem**

Na safra 2024/2025 a Usina Santa Adélia processou 5,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, uma redução de 10% em relação à safra 2023/2024. Tal desempenho deve-se, principalmente, pela perda de produtividade agrícola dos canaviais, próprio e de fornecedores, dados, principalmente, a seca mais prolongada e aos incêndios de grande proporção que atingiram os canaviais, sobretudo, em nossa unidade de Pereira Barreto.

A unidade de Jaboticabal processou 2,7 milhões de toneladas (aumento de 6%) e a unidade de Pereira Barreto processou 2,8 milhões de toneladas (redução de 22%).



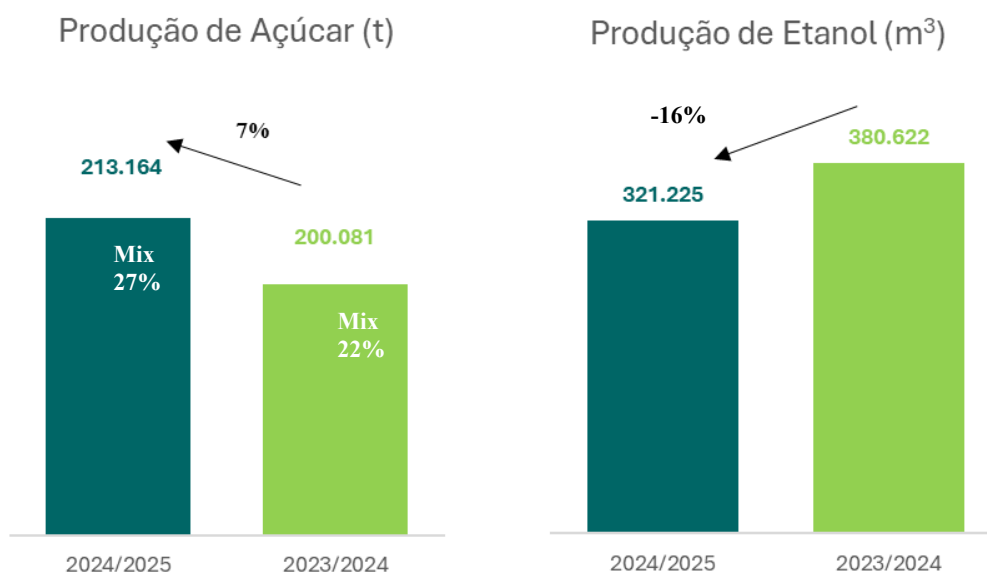
Nossa operação utiliza, majoritariamente, cana própria, produzida em áreas arrendadas e por meio de parcerias agrícolas. Nesta safra, a produtividade agrícola foi de 72,5 toneladas de cana por hectare (TCH), uma redução substancial de 25%, quando comparada à safra 2023/2024. O ATR da cana permaneceu estável, em 133,1 kg/tonelada. Como resultado, o indicador TAH atingiu 9,6 t/ha, baixa de 26% em relação à safra anterior. Este desempenho é reflexo dos efeitos climáticos adversos e dos incêndios que afetaram os canaviais. Estes resultados, todavia, seriam ainda piores, não fossem os massivos investimentos realizados na renovação das lavouras, com foco na eficiência do manejo e na aplicação de novas tecnologias aplicadas no campo.



• **Produção**

Nesta safra, o mix de produção do açúcar foi de 30% (+3 p.p.), totalizando 213 mil toneladas de açúcar branco e bruto, aumento de 7% em relação à safra anterior, produzido exclusivamente na planta de Jaboticabal. Em função da maior atratividade de preço do açúcar frente ao etanol, a Companhia manteve a estratégia de direcionar o máximo de sua capacidade para a produção do adoçante.

A produção de etanol reduziu 15,6%, totalizando 321 mil m<sup>3</sup>, decorrente da redução do volume de moagem em Pereira Barreto e pela priorização da produção de açúcar.



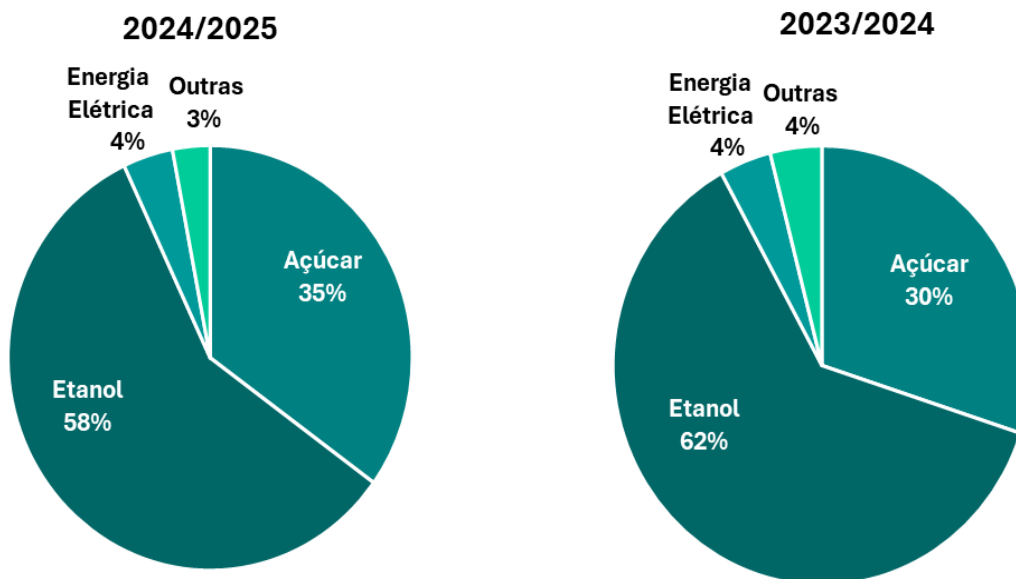
• **Receita operacional**

Na safra 2024/2025 a receita líquida atingiu R\$ 1.491.887 mil, 3,1% inferior a safra 2023/2024. O etanol foi o produto com maior representatividade na receita, totalizando 58% (62% na safra anterior).

	<b>Açúcar</b>	<b>Etanol</b>	<b>Energia</b>	<b>Outras</b>	<b>Total</b>
Receita bruta	553.389	937.539	71.101	45.983	1.608.012
(-) Impostos sobre vendas	(27.133)	(73.471)	(2.643)	(12.878)	(116.125)
<b>Receita líquida</b>	<b>526.256</b>	<b>864.068</b>	<b>68.458</b>	<b>33.105</b>	<b>1.491.887</b>
<b>Quantidade vendida</b>	<b>4.263</b>	<b>321</b>	<b>331</b>		
Unidade	sacas	m <sup>3</sup>	MWh		
<b>Valor unitário de venda</b>	<b>123</b>	<b>2.692</b>	<b>207</b>		
	R\$/Saca	R\$ m <sup>3</sup>	MWh		

Muito embora o volume produzido e comercializado tenha diminuído de forma substancial, os preços de venda mais elevados, tanto do açúcar quanto do etanol, contribuíram para que a receita líquida não fosse impactada proporcionalmente pela redução do volume.

A segregação da receita bruta entre as safras está representada nos gráficos a seguir:



Com as condições favoráveis no preço do açúcar e priorização do mix, a Companhia registrou um crescimento nas vendas de 10 p.p., totalizando R\$ 553.389 mil. O preço médio de comercialização, por saca, foi de R\$ 123 (R\$ 119 na safra 2023/2024).

Em relação ao etanol, os preços subiram em 6% comparado a safra 2023/2024, com preços médios de R\$ 2.692 por m<sup>3</sup>. No entanto, a receita reduziu para R\$ 937.539 mil (R\$ 1.031.299 mil na safra 2023/2024), dado o menor volume de produção.

A receita com vendas de energia elétrica cresceu 11% nesta safra, mesmo com o volume exportado tendo reduzido 9,8%, também impactadas pelos preços mais elevados da energia no mercado livre.

- **Custo dos produtos vendidos e Margem operacional**

Na safra 2024/2025, o Custo dos produtos vendidos (CPV) totalizou R\$ 1.254.172 mil, aumento de 16,7% em relação à safra 2023/2024. Os custos com depreciação e amortização corresponderam a 52,3% do CPV total, o resultado do valor justo do ativo biológico totalizou 5,4%, enquanto os custos do próprio ano 42,3%. Estes custos são representados, principalmente, pela cana adquirida de fornecedores, pelo CTT (corte, transbordo e transporte), mão de obra, insumos industriais e serviços contratados de terceiros.

	<b>Açúcar</b>	<b>Etanol</b>	<b>Energia</b>	<b>Outras</b>	<b>Total</b>
Receita líquida	526.256	864.068	68.458	33.105	1.491.887
(-) CPV	(353.303)	(839.889)	(50.951)	(10.028)	(1.254.172)
Custos do ano	(143.115)	(340.218)	(37.796)	(10.028)	(531.157)
Depreciação e amortização	(190.162)	(452.060)	(13.155)		(655.377)
Valor justo do ativo biológico	(20.028)	(47.610)			(67.638)
<b>Lucro bruto</b>	<b>172.953</b>	<b>24.179</b>	<b>17.507</b>	<b>23.077</b>	<b>237.715</b>
<i>Margem</i>	32,9%	2,8%	25,6%	69,7%	15,9%

A margem bruta realizada na safra foi de 15,9% (30,2% na safra 2023/2024), com destaque para o açúcar com 32,9%. O baixo desempenho operacional, frente a safra anterior, deve-se, principalmente, à representatividade dos gastos fixos na formação do custo, muito impactado pela redução no volume de cana processada (10,2%), impossibilitando sua diluição, muito embora tenhamos trabalhado para a manutenção de nossa eficiência agroindustrial.

- **Despesas com vendas, gerais e administrativas**

As despesas gerais e administrativas cresceram 27,7% em relação à safra anterior, principalmente pelo aumento no custo de pessoal, reflexo do acordo coletivo e da renovação de benefícios, pelos gastos na implantação do SAP S/4 HANA (em um modelo de negócios SaaS “Software as a Service”) e pela indexação da inflação nos serviços, totalizando R\$ 60.932 mil, representando 4,1% da receita operacional líquida nesta safra (3,1% na safra 2023/2024). Excetuando os gastos com a implementação do SAP, a relação despesa administrativa pela receita operacional líquida nesta safra foi de 3,9%.

As despesas com vendas tiveram redução de R\$ 1.305 mil, frente a safra anterior, representando uma relação sobre a receita operacional líquida de 4,7% (4,6% na safra 2023/2024).

Embora o volume comercializado tenha sido bastante impactado (redução de 12%), as despesas unitárias ainda aumentaram, dado a manutenção dos gastos com a disponibilização de armazenagem mínima e aumento nas taxas do diferencial logístico.

Despesas com vendas	2024/2025	2023/2024
Fretes	37.933	40.634
Armazenagem	17.695	17.403
Portuárias	2.823	3.654
Despesas rateadas Copersucar	11.455	9.520
<b>Total</b>	<b>69.906</b>	<b>71.211</b>
Volume vendido em Unicops (mil)	14.382	15.865
<b>Valor por unicipo vendida (em R\$)</b>	<b>4,86</b>	<b>4,49</b>

### • Resultado não operacional

Nesta safra, o resultado de outras receitas e despesas foi positivo em R\$ 30.902 mil, uma relevante redução quando comparada com a safra 2023/2024, consequência de não haver novos recebimentos da ação indenizatória do IAA<sup>(\*)</sup> nesta safra.

(\*) A Usina Santa Adélia S.A. e demais usinas do sistema Copersucar são parte ativa em uma ação que questiona os prejuízos sofridos pelas usinas com a intervenção do governo nos preços do açúcar e do álcool na década de 1980. Estas ações foram julgadas procedentes, com ganho de causa para as Usinas. A partir de 2017 as indenizações foram reconhecidas através da emissão de três precatórios, que foram efetivamente pagos, de forma parcelada, no período de 2019 a 2024.

Ano	1º Precatório	2º Precatório	3º Precatório	Total
2019	43.787	39.120		82.907
2020	24.725	45.025		69.750
2021	26.617	48.508		75.125
2022	30.520	55.571		86.091
2023	32.163	58.853		91.016
2024		62.044	75.396	137.440
	<b>157.812</b>	<b>309.121</b>	<b>75.396</b>	<b>542.329</b>

### • Lucro líquido

Nesta safra, a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 79.449 mil, valor 77,4% inferior aos R\$ 351.131 mil registrados na safra 2023/2024.

Este resultado foi fortemente impactado pela redução do volume vendido e da margem bruta, conforme anteriormente descrito, com as receitas que reduziram em 3,1%, enquanto os custos cresceram 16,7%. As despesas com vendas reduziram 1,8% com impacto no lucro operacional.

Em nossas operações agroindustriais, os custos fixos representam 75% do total, assim, nas safras em que há redução no volume de cana para moagem, esses custos não são diluídos, comprometendo as margens operacionais. Ainda, dada a relevante redução de cana disponível, principalmente na unidade de Pereira Barreto, a realização do Valor justo do ativo biológico (decorrente da colheita da cana), impactou o Custo dos produtos vendidos em R\$ 97.715 mil, sem a contrapartida proporcional ao volume colhido, considerando que o ativo não produziu as quantidades esperadas.

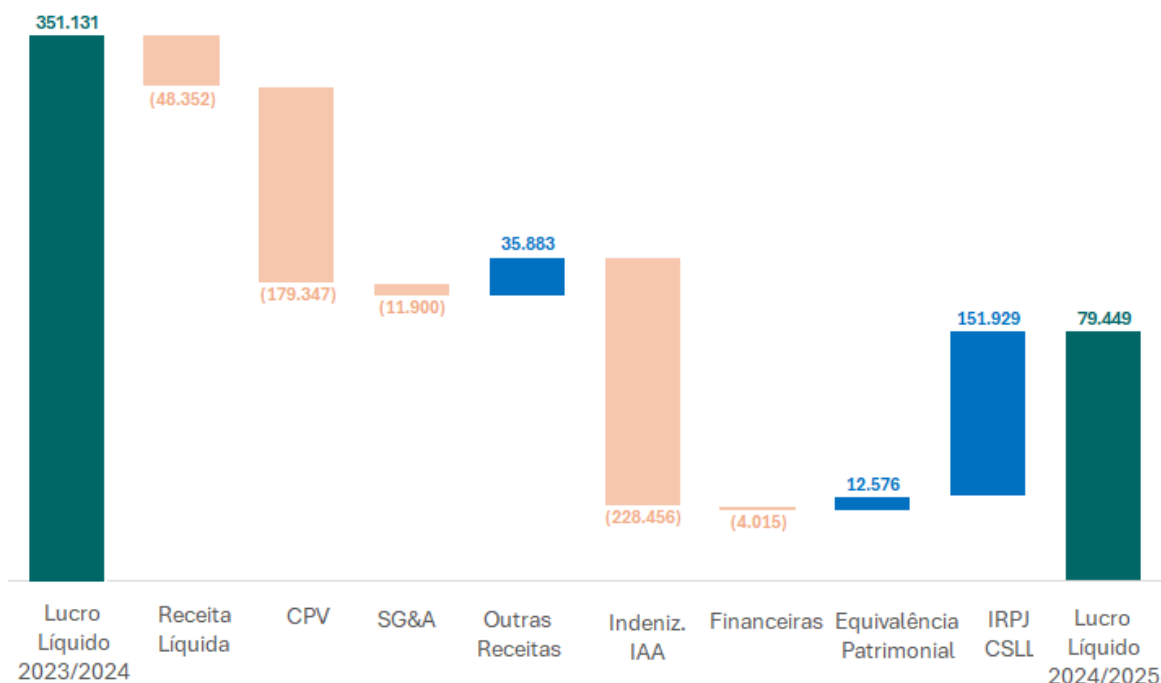
As despesas financeiras cresceram 10,5% em relação à safra 2023/2024, totalizando R\$ 27.289 mil, enquanto as receitas financeiras cresceram R\$ 23.274 mil (16,7%). Eliminando o efeito da realização do AVP dos arrendamentos (a variação entre as safras foi de R\$ 15.184 mil), houve uma redução no resultado financeiro de 19,8%. Esse efeito positivo decorre, principalmente, do aumento do caixa médio mantido na safra, 35,6% superior à safra anterior, compensado, em parte, pelo CDI médio menor (11,23% a.a. nesta safra e 12,62% a.a. na safra anterior).

	2024/2025	2023/2024
Despesas financeiras	287.264	259.975
Ajuste a valor presente (AVP)	79.522	64.338
<b>Despesas financeiras - Ex. AVP</b>	<b>207.742</b>	<b>195.637</b>
<b>Receitas financeiras</b>	<b>(162.489)</b>	<b>(139.215)</b>
Despesas financeiras, líquidas	124.775	120.760
<b>Despesas financeiras, líquidas - Ex. AVP</b>	<b>45.253</b>	<b>56.422</b>

O resultado de equivalência patrimonial do investimento na Copersucar S.A. e do CTC S.A. cresceu R\$ 12.576 mil, decorrente dos resultados incrementais destas coligadas.

O resultado com os tributos sobre o lucro, IRPJ e CSLL, foi positivo nesta safra, totalizando R\$ 43.671 mil, em relação à despesa de R\$ 108.258 mil observada na safra anterior. A inversão e o consequente resultado positivo são devido à redução expressiva na base do lucro tributável (LAIR reduziu 92,2%), os recebíveis do IAA foram expressivos na safra 2023/2024, também impactado pelos benefícios tributários permanentes utilizados, como o Juros sobre o capital próprio e a tributação exclusiva dos CBIOs.

Movimentação do Lucro Líquido (R\$ mil)



• **Lucro líquido Ajustado**

A Companhia apresentou na safra 2023/2024, para título de avaliação, também o “Lucro Líquido Ajustado”, que desconsiderou os recebíveis da indenização do IAA, líquidos dos tributos. Nesta safra não houve recebimentos desta natureza.

	2024/2025	2023/2024
<b>Lucro líquido</b>	<b>79.449</b>	<b>351.131</b>
(-) IAA		(228.456)
IRPJ/CSLL		69.182
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>79.449</b>	<b>191.857</b>

• **EBITDA**

A Companhia calcula e apresenta o EBITDA (*Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*) nos padrões da CVM. O EBITDA é o Lucro antes dos juros, dos impostos sobre o lucro líquido e da depreciação e amortização.

	2024/2025	2023/2024
<b>Lucro líquido</b>	<b>79.449</b>	<b>351.131</b>
(+) Resultado financeiro	124.775	120.760
(+) IRPJ e CSLL	(43.671)	108.258
(+) Depreciação e Amortização	655.377	595.410
<b>EBITDA</b>	<b>815.930</b>	<b>1.175.559</b>

A Companhia apresentou EBITDA de R\$ 815.930 mil, redução de 30,6% na comparação anual. A redução expressiva ocorreu, principalmente, pela queda na margem bruta de 15,9% (30,2% na safra anterior).

O resultado com o imposto de renda e a contribuição social, corrente e diferido, foi positivo nessa safra, dado o reduzido lucro tributável, somado aos benefícios permanentes utilizados.

Os gastos com depreciação e amortização compreendem: depreciação do ativo imobilizado, da manutenção de entressafra e da depreciação dos canaviais (plântio), totalizando R\$ 339.908 mil e gastos com amortização dos tratos (ativo biológico) R\$ 182.618 mil, intangível e arrendamentos e parcerias, totalizando R\$ 132.851 mil.

### • EBITDA Ajustado Operacional

A Companhia apresentou um EBITDA Ajustado Operacional de R\$ 496.563 mil neste exercício, redução de 7,2% na comparação anual.

	2024/2025	2023/2024
<b>EBITDA</b>	<b>815.930</b>	<b>1.175.559</b>
(-) Manutenção de entressafra	(73.682)	(74.107)
(-) Tratos culturais	(182.618)	(184.621)
(-) Valor justo do ativo biológico	67.638	(34.235)
(-) Arrendamentos (IFRS 16)	(130.705)	(119.063)
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>496.563</b>	<b>763.533</b>
(-) Indenizatória IAA	-	(228.456)
<b>EBITDA Ajustado Operacional</b>	<b>496.563</b>	<b>535.077</b>

A Companhia apresenta, para título de avaliação, o EBITDA Ajustado, excluindo os gastos recorrentes com manutenção de entressafra, tratos culturais, arrendamentos e parcerias e o valor justo do ativo biológico. Essa métrica ajustada é comumente utilizada pelas instituições financeiras e demais companhias do setor.

Dado ainda que, na safra 2023/2024, nossos resultados líquidos foram alavancados pelos recebíveis da indenização do IAA, para fins gerenciais, apresentamos, além do EBITDA Ajustado, o “EBITDA Ajustado Operacional”.

### • Investimentos

Nesta safra, a Companhia investiu R\$ 509.204 mil, montante 23,3% superior ao investido no mesmo período da safra anterior.

<b>Investimentos</b>	<b>2024/2025</b>	<b>2023/2024</b>
Plantio	161.483	189.036
Sustaining industrial	86.068	77.745
Sustaining agrícola	30.140	31.285
Renovação de frota	14.486	33.724
Renovação de frota (via leasing)	43.029	
Irrigação	11.610	38.024
Fábrica e armazém de açúcar	152.610	37.669
TI - Inovação	1.740	2.465
Prédio administrativo - Pereira Barreto	4.031	
Outros	4.007	3.107
<b>CAPEX total</b>	<b>509.204</b>	<b>413.055</b>

O nosso negócio requer elevados investimentos de manutenção relacionados à renovação dos canais para manter a produção e disponibilidade para safras futuras.

Os investimentos em plantio de cana constituem uma parte significativa do CAPEX e nesta safra foram de R\$ 161.483 mil. Nos últimos anos, a Companhia tem realizado investimentos relevantes nos canais a fim de manter uma lavoura com idade média baixa, com bons indicadores de produtividade. Esses investimentos desempenham um papel relevante na sustentação da lavoura canieira e eficiência operacional, além de contribuírem na mitigação de riscos relacionados ao clima.

Os investimentos em *sustaining* industrial e agrícola nesta safra foram de R\$ 116.208 mil, destinados, principalmente, para manutenções dos equipamentos de produção. Tanto nas atividades agrícolas quanto nas industriais, estes investimentos contribuem para a eficiência das operações, promovendo práticas sustentáveis e com foco em segurança durante as operações.

Os investimentos destinados à renovação da frota também foram muito relevantes nesta safra, de R\$ 57.515 mil, e foram essenciais para o projeto de alta performance e otimização do custo operacional, muito embora o volume colhido tenha sido bastante impactado.

No contexto do planejamento estratégico da Companhia, projetos relevantes foram concluídos nesta safra. Destacamos os projetos “Fábrica de Açúcar” e “Irrigação de gotejo do Polo Igarai”:

#### **Fábrica de Açúcar**

A Usina Santa Adélia construiu uma fábrica de açúcar em sua unidade de Pereira Barreto durante a safra 2024/2025. Na safra 2025/2026, já iniciada, passou a produzir açúcar bruto naquela filial. O investimento de aproximadamente R\$ 200 milhões é parte de nossa estratégia da flexibilização do mix de produção, que objetiva reduzir a exposição da Companhia à volatilidade dos preços de mercado. Essa nova planta tem capacidade produtiva de 180 mil toneladas de açúcar VHP por safra e contará ainda com um armazém com capacidade de 110 mil toneladas de estocagem. O incremento na produção de açúcar elevará de 30% para 46% o mix consolidado do açúcar.

**Irrigação por gotejamento**

Aprovado em 2021, nosso Plano Diretor de Irrigação iniciou-se com a construção do primeiro polo, denominado “Igaraí”. Essa iniciativa visa à sustentabilidade do nosso negócio através da mitigação dos riscos climáticos e da estabilidade produtiva de nossos canaviais. Este primeiro polo é composto por um conjunto de fazendas e totaliza, em sua primeira etapa, 1.076 hectares de área de cana irrigada por gotejamento, já implantados e em operação na safra 2024/2025, com um investimento realizado de R\$ 45 milhões. A segunda etapa, que visa implantar a irrigação em mais 625 hectares, foi iniciada em novembro de 2024, com estimativa de iniciar a irrigação em maio de 2025, mediante um complemento de investimento na ordem de R\$ 19 milhões. As etapas serão substancialmente financiadas pela Finep - Financiadora de Estudos e Projetos. Para assegurar a perenidade do projeto, a Usina Santa Adélia firmou contratos de arrendamento de longo prazo e a energia utilizada no processo será integralmente fornecida pela nossa planta industrial, através da biomassa da cana-de-açúcar (energia renovável). Já, para a safra 2025/2026, iniciada em abril de 2025, o Conselho de Administração aprovou a construção do segundo polo, denominado “Teshima”, em uma área de 2.200 hectares, com investimentos de aproximadamente R\$ 92 milhões.

- Liquidez e Endividamento**

Ao longo das últimas safras, a Companhia foi capaz de manter uma forte posição de liquidez e encerrou a safra 2024/2025 com uma posição de caixa de R\$ 624.339 mil. Essa liquidez é suficiente para amortizar o principal das dívidas financeiras contratadas por três safras.

Nesta safra também foram liquidadas operações de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 406.317 mil, enquanto houve captações de R\$ 475.095 mil.

<b>Movimentação dos empréstimos</b>	<b>2024/2025</b>	<b>2023/2024</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.015.023</b>	<b>1.071.254</b>
(+) Captações	475.095	202.857
(-) Pagamento principal	(406.317)	(277.098)
(+) Juros e variações monetárias	141.971	118.411
(-) Pagamento juros	(96.487)	(100.401)
<b>Saldo final</b>	<b>1.129.285</b>	<b>1.015.023</b>

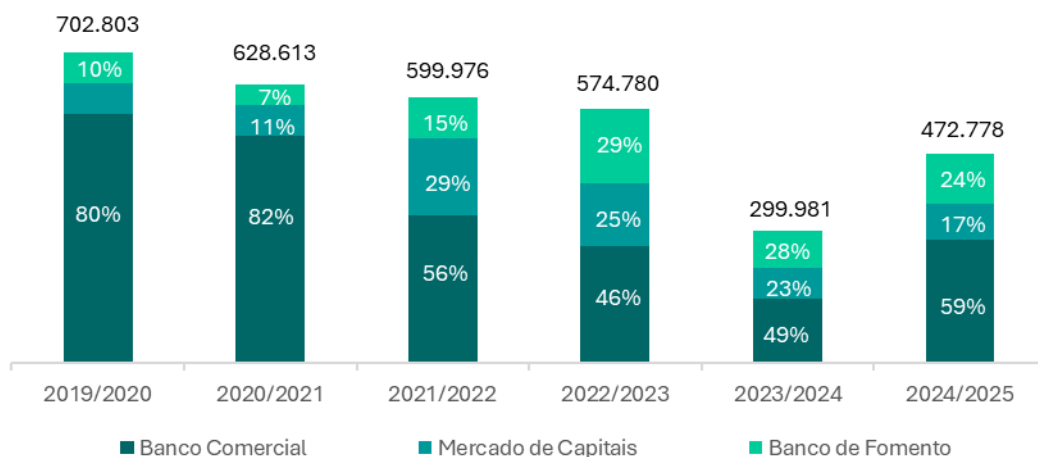
A reduzida geração de caixa e a captação de algumas operações financeiras destinadas a financiar nossos robustos investimentos contribuíram para o aumento da dívida líquida da Companhia em 57,6%, atingindo o valor de R\$ 472.777 mil.

	<b>2024/2025</b>	<b>2023/2024</b>
Empréstimos e financiamentos	1.129.285	1.015.023
(-) Swap	(32.169)	(15.336)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(624.339)	(699.706)
<b>Dívida líquida</b>	<b>472.777</b>	<b>299.981</b>
EBITDA	815.930	1.175.559
<b>Dívida líquida/EBITDA</b>	<b>0,58</b>	<b>0,26</b>
EBITDA Ajustado	496.563	763.533
<b>Dívida líquida/EBITDA Ajustado</b>	<b>0,95</b>	<b>0,39</b>
Moagem	5.484	6.109
<b>Dívida líquida/Moagem</b>	<b>86</b>	<b>49</b>

O indicador Dívida líquida / EBITDA Ajustado foi de 0,95 (0,39 na safra anterior), que embora tenha aumentado, ainda demonstra uma saudável dívida financeira.

A Companhia tem vivenciado um ciclo evolutivo de desalavancagem, acompanhado de uma relevante alteração da gestão do endividamento. Em 31 de março de 2020, a dívida líquida da Companhia era de R\$ 703 milhões. Os recorrentes resultados operacionais positivos e o recebimento da indenizatória do IAA em safras anteriores contribuíram para que nesta safra a dívida líquida fosse R\$ 473 milhões, o equivalente a R\$ 86 por tonelada de cana processada na safra.

Dívida Líquida (R\$ mil)



Na safra 2024/2025, seguimos com nossa estratégia de alongamento do perfil da dívida e da redução do custo médio das dívidas, por meio de um trabalho contínuo e intensivo na gestão dos passivos financeiros. Nesse contexto, destacamos a captação de recursos relevantes com prazos mais longos e condições atrativas:

- i. FINEP (Irrigação): R\$ 30 milhões, com prazo de 10 anos;
- ii. Linha PCA - Banco do Brasil (Armazém de açúcar): R\$ 15 milhões, com prazo de 12 anos;
- iii. BNDES (Fábrica de açúcar): R\$ 100 milhões, com prazo de 16 anos;
- iv. *Funding* bilateral: R\$ 118 milhões, com prazo de 10 anos.

Como resultado dessas iniciativas, observamos avanços significativos na estrutura de capital da Companhia. Entre as safras 2019/2020 e 2024/2025, o *duration* da dívida foi ampliado de 19,9 meses para 41,8 meses, enquanto a participação da dívida bruta no passivo não circulante evoluiu de 80% para 87%, refletindo maior solidez e previsibilidade financeira no médio e longo prazo.

## Rating corporativo:

Em 16 de janeiro de 2025, a S&P Global Ratings emitiu o relatório de classificação de risco de crédito da Usina Santa Adélia S.A., mantendo o “Rating AA-”, escala nacional, tendo, porém, a perspectiva alterada de “Estável” para “Positiva”. Essa mudança reflete a sólida trajetória de crescimento e fortalecimento financeiro que a Santa Adélia tem demonstrado nos últimos anos, com destaque em alguns pontos-chave que contribuíram para essa avaliação positiva: (i) Fortalecimento do colchão de liquidez, pela manutenção de uma posição de caixa robusta, possível graças à extensão dos prazos de vencimento da dívida e à forte geração de caixa operacional, (ii) Continuidade dos investimentos estratégicos, sobretudo, visando aumento de produtividade, com a expansão da área irrigada, assim como pela diversificação do mix, com a construção de uma nova fábrica de açúcar, e (iii) Gestão prudente do capital e alavancagem controlada, mesmo em meio a investimentos elevados.

## • Resultado financeiro

### Despesas financeiras

As despesas financeiras decorrentes dos empréstimos e financiamentos (custo financeiro) foram de R\$ 141.467 mil na safra atual, alta nominal de 3,9%, no entanto, somente 0,3% superior ao custo financeiro apresentado na safra passada.

	2024/2025	2023/2024
Juros sobre empréstimos financiamentos	(107.825)	(103.755)
Ajuste positivo (negativo) de derivativos - Swap	7.059	(16.959)
Variação cambial líquida	(19.984)	2.822
Juros capitalizados e <i>Hedge accounting</i>	(20.717)	(18.204)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(141.467)</b>	<b>(136.096)</b>
Dívida bruta média	1.048.402	1.029.241
<b>Custo financeiro</b>	<b>-13,5%</b>	<b>-13,2%</b>

Para fins de comparabilidade, consideramos os juros capitalizados nos ativos qualificáveis (formação de lavoura e obras em andamento) e os ajustes de MtM de Swap, a fim de identificar as despesas médias frente ao endividamento.

### Receitas financeiras

As receitas financeiras decorrentes dos rendimentos de aplicação financeiras aumentaram 27% e totalizaram R\$ 65.619 mil, em virtude do aumento do caixa médio na safra, superior à safra 2023/2024.

## • Retorno e Rentabilidade

Nesta safra, o ROIC (Retorno sobre o capital investido) foi de 8,5% (15,5% na safra 2023/2024). A redução decorre, principalmente, dos resultados operacionais impactados pela redução na produção.

O NOPAT - “Net Operating Profit After Taxes” (Lucro operacional líquido após impostos) foi calculado líquido do resultado da indenizatória do IAA a fim de normalizar os resultados comparativos.

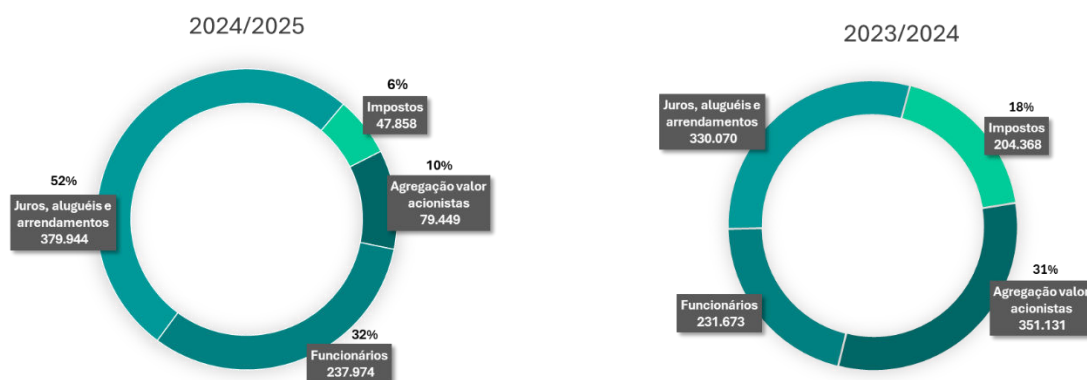
	2024/2025	2023/2024
<b>NOPAT (Exceto IAA)</b>	<b>181.450</b>	<b>302.419</b>
Capital investido médio - Próprio	1.088.063	925.060
Capital investido médio - Terceiros	1.048.402	1.029.241
<b>Capital médio investido</b>	<b>2.136.465</b>	<b>1.954.300</b>
<b>ROIC</b>	<b>8,5%</b>	<b>15,5%</b>
<b>NOPAT (Exceto IAA)</b>	<b>181.450</b>	<b>302.419</b>
Custo do capital de terceiros, líquido IR/CS	(116.003)	(104.794)
<b>Agregação de valor</b>	<b>65.447</b>	<b>197.625</b>
<b>ROE</b>	<b>6,0%</b>	<b>21,4%</b>

\* O capital investido médio considera o (i) Patrimônio líquido (sem incorporar o lucro do próprio ano) e (ii) a dívida bruta.

Dos resultados operacionais gerados (o NOPAT), subtraímos o custo do capital de terceiros, líquido do benefício da dedutibilidade do IRPJ/CSLL, a fim de encontrar o montante da “Agregação de valor” aos acionistas, o ROE (*Return on equity*).

### • Agregação de Valor Total (DVA)

Nesta safra, o valor adicionado aos negócios foi de R\$ 745.225 mil, frente a R\$ 1.117.242 mil da safra 2023/2024, uma redução de 33,3%.



Este valor adicionado foi distribuído entre: colaboradores (pelos salários e encargos); impostos e contribuições (federais, estaduais e municipais); juros, aluguéis e arrendamentos (para credores e locatários) e o saldo remanescente como Juros sobre o capital próprio e Lucros retidos (pela agregação de valor ao patrimônio dos acionistas).

Quando comparado a safra atual com a anterior, observa-se que houve aumento nominal no pagamento de salários e encargos (R\$ 6.301 mil) e em juros, aluguéis e arrendamentos (R\$ 49.874 mil). Os impostos reduziram na safra (R\$ 156.510 mil), principalmente pela menor base do lucro tributável e da menor receita de vendas.

Por fim, os resultados operacionais e financeiros desta safra refletiram na redução do valor adicionado aos proprietários pelo Lucro líquido, totalizando R\$ 79.449 mil.



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Avenida Presidente Vargas, 2.121  
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América  
Edifício Times Square Business  
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Telefone +55 (16) 3323-6650  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

## Ao Conselho de Administração e Diretoria da

### Usina Santa Adélia S.A.

Jaboticabal – SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Usina Santa Adélia S.A. “Companhia”, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Usina Santa Adélia S.A. em 31 de março de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Mensuração do valor justo do ativo biológico

Veja as notas 2.4, 2.18, 3 e 9 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia mensura o seu ativo biológico referente a cana-de-açúcar em formação com base no seu valor justo, calculado utilizando o método do fluxo de caixa descontado da safra em formação, uma vez que não existe mercado ativo para a cana-de-açúcar em formação.</p> <p>Essa mensuração requer julgamento crítico na determinação das diversas premissas adotadas pela Companhia, principalmente relacionadas a: (i) produtividade estimada desses canaviais, (ii) a quantidade de açúcar total recuperável – ATR por tonelada de cana-de-açúcar, (iii) aos preços futuros estimados do ATR, (iv) aos custos necessários para os tratos culturais futuros, (v) o custo do aluguel da terra; (vi) aos custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar e (vii) a taxa de desconto.</p> <p>Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido ao grau de julgamento envolvido na determinação de premissas utilizadas na mensuração do valor justo e ao impacto que eventuais mudanças nessas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>– Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, incluindo a produtividade estimada dos canaviais, a quantidade de açúcar total recuperável – ATR por tonelada de cana-de-açúcar, os preços futuros estimados do ATR, os custos necessários para os tratos culturais futuros, o custo do aluguel da terra e os custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar e a taxa de desconto e comparação das principais premissas com informações históricas disponíveis, bem como, análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas;</li><li>– se o cálculo foi elaborado pela administração da Companhia de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas para mensuração do valor justo do ativo biológico;</li><li>– se as premissas utilizadas no cálculo preparados pela administração da Companhia são fundamentados em dados históricos</li></ul>

e/ou de mercado condizente com o orçamento aprovado;

- Recálculo matemático do valor presente determinado com base no fluxo de caixa projetado e descontado; e
- Avaliação também se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Com base nos procedimentos realizados acima resumidos, consideramos que a mensuração do valor justo do ativo biológico, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2025.

## Outros assuntos

### **Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior**

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de março de 2024 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 29 de maio de 2024, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, emitiram relatório sem modificação.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

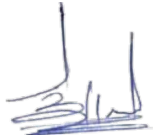
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 29 de maio de 2025

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Giovani Ricardo Pigatto  
Contador CRC1SP263189/O-7

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	570.831	653.005	624.339	699.706
Caixa restrito	4.2	660		660	
Contas a receber de clientes	5	8.362	7.999	9.222	10.181
Contas a receber - Cooperativa	6	26.957	51.877	26.957	51.877
Instrumentos financeiros derivativos	25.1.1	9.919	3.879	9.919	3.879
Estoques	7	66.665	84.255	66.665	84.255
Ativo fiscal corrente		9.117	11.210	10.482	12.515
Tributos a recuperar	8	15.962	10.061	17.247	11.082
Ativo biológico	9	219.199	280.333	219.199	280.333
Dividendos a receber	27	364	304	364	304
Outros ativos		3.995	14.245	4.028	14.279
Ativo não circulante mantido para venda		504	386	504	672
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>932.535</b>	<b>1.117.554</b>	<b>989.586</b>	<b>1.169.083</b>
<b>Não circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Contas a receber de clientes	5	3.678	6.011	3.678	6.011
Instrumentos financeiros derivativos	25.1.1	25.768	15.515	25.768	15.515
Contas a receber - Cooperativa	6	158	158	158	158
Tributos a recuperar	8	29.958	19.193	29.958	19.193
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	9.221		9.221	
Depósitos judiciais	18	185.135	149.641	185.638	151.001
Outros ativos		1.447	1.775	1.494	1.855
<b>Total realizável a longo prazo</b>		<b>255.365</b>	<b>192.293</b>	<b>255.915</b>	<b>193.733</b>
Investimentos	11	229.000	221.541	137.038	136.194
Outros investimentos		2.573	1.618	2.574	1.619
Imobilizado	10	1.350.779	1.200.823	1.408.641	1.262.373
Intangível	12	170.639	171.155	173.634	174.495
Direito de uso	13	838.915	787.352	838.915	787.352
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>2.847.271</b>	<b>2.574.782</b>	<b>2.816.717</b>	<b>2.555.766</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>3.779.806</b>	<b>3.692.336</b>	<b>3.806.303</b>	<b>3.724.849</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	14	81.169	97.544	81.748	100.084
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	154.946	205.645	154.946	205.645
Instrumentos financeiros derivativos	25.1.1	5.253	5.630	5.253	5.630
Arrendamentos e Parcerias a pagar	13	133.400	131.067	133.400	131.067
Salários e encargos sociais	16	58.049	55.037	58.049	55.037
Passivo fiscal corrente		10.319	14.653	11.257	16.090
Tributos a recolher		1.931	5.906	2.161	6.248
Tributos parcelados	17		1.442		1.442
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	27	62.665	50.294	62.665	50.294
Outros passivos		13.832	35.581	27.287	58.794
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>521.564</b>	<b>602.799</b>	<b>536.766</b>	<b>630.331</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	974.339	809.378	974.339	809.378
Instrumentos financeiros derivativos	25.1.1	1.251	4.741	1.251	4.741
Arrendamentos e Parceiras a pagar	13	817.842	763.479	817.842	763.479
Adiantamentos - cooperativa		14.476	14.590	14.476	14.590
Provisão para contingências	18	21.324	31.783	32.619	44.822
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19		38.299		38.299
Tributos sub-judice	17	123.325	113.573	123.325	113.573
Outros passivos		2.525	10.151	2.525	2.093
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.955.082</b>	<b>1.785.994</b>	<b>1.966.377</b>	<b>1.790.975</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>2.476.646</b>	<b>2.388.793</b>	<b>2.503.143</b>	<b>2.421.306</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	20	560.000	415.000	560.000	415.000
Reserva de capital		193.784	193.784	193.784	193.784
Reserva de lucros		563.885	699.708	563.885	699.708
Ajustes de avaliação patrimonial		(14.509)	(4.949)	(14.509)	(4.949)
<b>Total patrimônio líquido</b>		<b>1.303.160</b>	<b>1.303.543</b>	<b>1.303.160</b>	<b>1.303.543</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>3.779.806</b>	<b>3.692.336</b>	<b>3.806.303</b>	<b>3.724.849</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	21	1.452.817	1.505.313	1.491.887	1.540.239
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	22	(1.235.089)	(1.062.575)	(1.254.172)	(1.074.825)
<b>Lucro bruto</b>		<b>217.728</b>	<b>442.738</b>	<b>237.715</b>	<b>465.414</b>
Despesas com vendas	22	(69.906)	(71.211)	(69.906)	(71.211)
Despesas gerais e administrativas	22	(59.899)	(46.296)	(60.932)	(47.727)
Outras receitas, líquidas	23	29.051	220.934	30.902	223.475
Resultado de equivalência patrimonial	11	23.811	24.233		
<b>Lucro operacional</b>		<b>140.785</b>	<b>570.398</b>	<b>137.779</b>	<b>569.951</b>
Despesas financeiras	24	(288.144)	(260.119)	(287.264)	(259.975)
Receitas financeiras	24	156.175	132.660	162.489	139.215
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(131.969)</b>	<b>(127.459)</b>	<b>(124.775)</b>	<b>(120.760)</b>
Participação nos resultados de coligadas	11	22.774	13.038	22.774	10.199
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>31.590</b>	<b>455.977</b>	<b>35.778</b>	<b>459.390</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	926	(21.343)	(3.262)	(26.189)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	46.933	(83.503)	46.933	(82.070)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>79.449</b>	<b>351.131</b>	<b>79.449</b>	<b>351.131</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024  
Em milhares de reais

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Lucro líquido do exercício	79.449	351.131
<i>Hedge accounting</i> - Opções	4.926	(5.473)
<i>Hedge accounting</i> - Swap	(6.163)	(2.175)
<i>Hedge accounting</i> - NDF	91	
Ajustes reflexos de avaliação patrimonial - Copersucar S.A.	(6.621)	4.914
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>71.682</b>	<b>348.397</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstração das mutações no patrimônio líquido Para os exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 Em milhares de reais

Nota	Reserva de capital			Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial		Resultado do exercício	Patrimônio Total
	Capital social	Mais valia de investimento	Transações de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Na Companhia	Em Coligadas e Controladas		
<b>Saldo em 01 de abril de 2023</b>	<b>367.000</b>	<b>202.102</b>	<b>(8.318)</b>	<b>49.193</b>	<b>422.168</b>	<b>7.624</b>	<b>(8.038)</b>		<b>1.031.731</b>
Integralização de capital	48.000				(48.000)				
Juros sobre o capital próprio pagos					(12.905)				(12.905)
Distribuição de dividendos complementares					(712)				(712)
Realização do custo atribuído						(1.801)		1.801	
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo							4.914		4.914
<i>Hedge accounting</i> - Opções						(5.473)			(5.473)
<i>Hedge accounting</i> - Swap						(2.175)			(2.175)
Lucro líquido do exercício								351.131	351.131
Constituição de reserva legal				17.647				(17.647)	
Juros sobre o capital próprio								(50.294)	(50.294)
Dividendo adicionais propostos								(12.674)	(12.674)
Lucros a destinar					272.317			(272.317)	
<b>Em 31 de março de 2024</b>	<b>415.000</b>	<b>202.102</b>	<b>(8.318)</b>	<b>66.840</b>	<b>632.868</b>	<b>(1.825)</b>	<b>(3.124)</b>		<b>1.303.543</b>
Integralização de capital	20.a 145.000				(145.000)				
Realização do custo atribuído						(1.793)		1.793	
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo							(6.621)		(6.621)
<i>Hedge accounting</i> - Opções						4.926			4.926
<i>Hedge accounting</i> - Swap						(6.163)			(6.163)
<i>Hedge accounting</i> - NDF						91			91
Lucro líquido do exercício								79.449	79.449
Constituição de reserva legal				4.062				(4.062)	
Juros sobre o capital próprio creditados	20.d							(62.665)	(62.665)
Dividendos adicionais propostos								(9.400)	(9.400)
Lucros a destinar					5.115			(5.115)	
<b>Em 31 de março de 2025</b>	<b>560.000</b>	<b>202.102</b>	<b>(8.318)</b>	<b>70.902</b>	<b>492.983</b>	<b>(4.764)</b>	<b>(9.745)</b>		<b>1.303.160</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		31.590	455.977	35.778	459.390
<b>Ajustes</b>					
Depreciação		118.901	113.791	131.711	124.787
Amortização do direito de uso de arrendamento/parceria	22	130.705	119.063	130.705	119.063
Amortização de intangível		1.801	1.713	2.146	2.058
Amortização de intangível - Combinação de negócios					4.216
Resultado na baixa do imobilizado		309	1.143	(2.425)	(7)
Depreciação da planta portadora (Plantio)	22	208.197	164.881	208.197	164.881
Amortização da lavoura decorrente da colheita (Tratos)	22	182.618	184.621	182.618	184.621
Realização do valor justo do ativo biológico	22	97.715	63.480	97.715	63.480
Varição no valor justo do ativo biológico	9	(30.077)	(97.715)	(30.077)	(97.715)
Ajuste ao valor recuperável dos estoques		(348)	348	(348)	348
Resultado de equivalência patrimonial	11	(23.811)	(24.233)		
Participação nos resultados de coligadas	11	(22.774)	(13.038)	(22.774)	(10.199)
Amortização de mais valia - Combinação de negócios			2.783		
Resultado com outros investimentos		(962)	(213)	(962)	(192)
Provisão para perdas com estoques obsoletos	7	629	271	629	271
Provisão para perdas esperadas com créditos		532	617	532	617
(Reversão) Provisão de <i>Impairment</i> do ativo imobilizado					(2.909)
(Reversão) Constituição de provisão para contingências		(2.417)	9.214	(3.931)	10.014
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos		135.456	114.628	135.456	114.628
Realização do ajuste a valor presente de arrendamentos	24	79.522	65.704	79.522	65.704
Instrumentos financeiros derivativos (MtM)		(13.479)	9.278	(13.479)	9.278
Juros e variações monetárias - partes relacionadas	27	961	249		
Contas a receber de clientes		1.438	967	3.292	3.192
Estoques		17.345	(18.726)	17.345	(18.726)
Adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar		4.889	(825)	4.889	(825)
Caixa restrito		(476)		(476)	
Ativo fiscal corrente		2.093	(2.648)	1.316	(3.224)
Tributos a recuperar		(16.666)	1.104	(16.212)	1.307
Operações - cooperativa		24.920	57.870	24.920	57.870
Outros ativos		5.364	(8.691)	5.396	(8.622)
Ativo biológico	9	(189.122)	(182.618)	(189.122)	(182.618)
Depósitos compulsórios e judiciais		(10.061)	(6.477)	(9.204)	(6.639)
Fornecedores		(36.273)	(10.141)	(38.770)	(6.684)
Salários e encargos sociais		3.012	18.792	3.012	18.792
Passivo fiscal corrente		(129)	(28.562)	(1.387)	(29.608)
Tributos a recolher		(3.975)	1.011	(4.231)	917
Tributos parcelados		(1.442)	365	(1.442)	365
Tributos sub-judice		2.202	14.061	2.202	14.061
Partes relacionadas		1.013	8.059		
Outros passivos		(31.495)	17.014	(31.072)	11.957
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>667.705</b>	<b>1.033.117</b>	<b>701.469</b>	<b>1.063.849</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(24.227)	(6.613)	(27.656)	(10.097)
Demandas judiciais pagas	18.b	(8.042)	(12.944)	(8.272)	(13.544)
Juros pagos		(109.707)	(127.905)	(109.707)	(127.905)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (a transportar)</b>		<b>525.729</b>	<b>885.655</b>	<b>555.834</b>	<b>912.303</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (de transporte)</b>		<b>525.729</b>	<b>885.655</b>	<b>555.834</b>	<b>912.303</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>					
Aplicação (Resgate) de aplicações financeiras			2.766		8.166
Aquisições de bens do ativo imobilizado		(267.009)	(212.830)	(274.024)	(224.019)
Formação de canaviais (Planta portadora)		(161.483)	(189.036)	(161.483)	(189.036)
Aquisições de bens intangíveis		(1.285)	(200)	(1.285)	(200)
Recebimento pela venda de bens do ativo imobilizado		4.652	2.130	5.565	2.690
Aumento de capital em coligada			(19.151)		(10.491)
Dividendos recebidos de outros investimentos		228	33	228	33
Dividendos recebidos		32.445	53.859	15.249	34.921
Aumento de capital de outros investimentos		(221)		(221)	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(392.673)</b>	<b>(362.429)</b>	<b>(415.971)</b>	<b>(377.936)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>					
Pagamento de arrendamento mercantil	13	(224.265)	(209.798)	(224.265)	(209.798)
Dividendos pagos aos acionistas	20.d	(50.292)	(32.265)	(50.292)	(32.265)
Instrumentos financeiros derivativos liquidados		846	5.795	846	5.795
Pagamento de empréstimos e financiamentos	15	(406.317)	(277.098)	(406.317)	(277.098)
Captações de empréstimos e financiamentos		464.798	202.857	464.798	202.857
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos</b>		<b>(215.230)</b>	<b>(310.509)</b>	<b>(215.230)</b>	<b>(310.509)</b>
<b>(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(82.174)</b>	<b>212.717</b>	<b>(75.367)</b>	<b>223.858</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	4.1	<b>653.005</b>	<b>440.288</b>	<b>699.706</b>	<b>475.848</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	4.1	<b>570.831</b>	<b>653.005</b>	<b>624.339</b>	<b>699.706</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Receitas</b>					
Receita bruta	21	1.566.091	1.630.748	1.608.012	1.668.425
Receita relativa a construção de ativos próprios (i)		384.466	371.654	384.466	371.654
Outras Receitas		(66.747)	31.892	(65.695)	33.100
		<b>1.883.810</b>	<b>2.034.294</b>	<b>1.926.783</b>	<b>2.073.179</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>					
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas		(537.689)	(519.290)	(539.030)	(519.018)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais		(253.183)	(259.916)	(256.421)	(265.646)
		(790.872)	(779.206)	(795.451)	(784.664)
		<b>1.092.938</b>	<b>1.255.088</b>	<b>1.131.332</b>	<b>1.288.515</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>					
Depreciação e amortização		(328.899)	(280.385)	(342.054)	(291.726)
Ativo biológico colhidos		(182.618)	(184.621)	(182.618)	(184.621)
		<b>581.421</b>	<b>790.082</b>	<b>606.660</b>	<b>812.168</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>					
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>					
Resultado de equivalência patrimonial		46.585	37.271	22.774	10.199
Receitas financeiras		76.657	64.133	82.971	70.688
Outras		31.176	222.854	32.820	224.187
		<b>735.839</b>	<b>1.114.340</b>	<b>745.225</b>	<b>1.117.242</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>					
<b>Pessoal e encargos</b>					
Remuneração direta		184.164	184.940	186.546	184.951
Benefícios		31.245	26.570	31.245	26.570
FGTS		14.658	15.077	14.658	15.077
Honorários dos administradores		5.525	5.075	5.525	5.075
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>					
Federais (inclui tributos diferidos)		21.440	166.311	29.367	173.541
Estaduais		17.130	29.124	17.147	29.390
Municipais		1.328	1.426	1.344	1.437
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>					
Juros (inclui realização AVP dos arrendamentos)		175.706	183.622	175.706	183.633
Aluguéis e arrendamentos		160.232	129.253	160.232	124.858
Variações cambiais e monetárias		42.689	20.376	42.689	20.376
Outras		2.273	1.435	1.317	1.203
<b>Remuneração de capitais próprios</b>					
Juros sobre o capital próprio creditados		62.665	50.294	62.665	50.294
Lucros retidos do exercício		16.784	300.837	16.784	300.837
		<b>735.839</b>	<b>1.114.340</b>	<b>745.225</b>	<b>1.117.242</b>

- (i) A receita relativa à construção de ativos próprios é composta pelos gastos com a formação do ativo biológico (Tratos culturais) e a lavoura (Plantio).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### 1 Informações sobre o Grupo

A Usina Santa Adélia S.A. (“Companhia”) e suas controladas (em conjunto com a Companhia, o “Grupo”) têm como objeto social e atividade preponderante o plantio e o cultivo de cana-de-açúcar, a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar, além de atuar na cogeração de energia elétrica a partir da queima do bagaço. Adicionalmente, possui participações em outras sociedades e explora outras culturas agrícolas em complemento ao cultivo da cana-de-açúcar.

A Companhia é cooperada da Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo (“Copersucar”), desde a sua fundação no ano de 1959, cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega da produção de açúcar e etanol nos estabelecimentos da cooperativa, os quais se tornam patrimônio comum e indivisível dos cooperados. O resultado da comercialização desses produtos nos mercados interno e externo é rateado para os cooperados conforme estabelecido no estatuto e regulamentos da Copersucar.

No ano safra encerrado em 31 de março de 2025, a moagem total foi de 5.484 mil toneladas de cana de açúcar (safra anterior – 6.109 mil), resultando na produção de 213.164 toneladas de açúcar branco e bruto (safra anterior – 200.081 toneladas), 321.225 m<sup>3</sup> de etanol (safra anterior – 380.622 m<sup>3</sup>) e na exportação de 330.656 MWh de energia elétrica (safra anterior – 362.193 MWh).

Como parte de seus objetivos estratégicos a Companhia mantém investimentos nas seguintes controladas e coligadas:

Empresa	Atividades principais
Pioneiros Bioenergia S.A. (Controlada)	Locação de tanques e armazéns.
Companhia Brasileira de participações em Bioeletricidade (Controlada)	Participação em outras companhias cujo objetivo seja implementação, exploração e venda de energia elétrica e vapor gerados em usinas de co-geração de energia elétrica a partir de bagaço de cana-de-açúcar e outros combustíveis.
Pioneiros Termoelétrica Ilha Solteira Ltda. (Controlada)	Geração de energia elétrica de ordem térmica, vapor, co-geração movida principalmente a bagaço de cana-de-açúcar. Comercialização de energia elétrica produzida e adquirida de terceiros.
Pioneiros Termoelétrica Sud Mennucci Ltda. (Controlada)	Geração de energia elétrica de ordem térmica, vapor, co-geração movida principalmente a bagaço de cana-de-açúcar. Comercialização de energia elétrica produzida e adquirida de terceiros.
Termoelétrica Santa Adélia Ltda. (Controlada)	Produção e comercialização de energia elétrica, vapor vivo, vapor de escape e todos derivados provenientes da cogeração de energia elétrica, bem como a compra e venda de energia elétrica.
Termoelétrica Interlagos Ltda. (Controlada)	Produção e comercialização de energia elétrica, vapor vivo, vapor de escape e todos derivados provenientes da cogeração de energia elétrica, bem como a compra e venda de energia elétrica.
Copersucar S.A. (Coligada)	Comercializadora global de açúcar e etanol, com logísticas integradas em toda cadeia de negócio, com excelência operacional e geração de valor de forma sustentável.
CTC – Centro de tecnologia Canavieira S.A (Coligada)	Pesquisas e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais. Testes e análises técnicas, na produção de mudas e outras formas de propagação vegetal certificada.

#### 1.1 Incêndios ocorridos em nossos canaviais

A Companhia, durante os meses de agosto, setembro e outubro, foi atingida por incêndios generalizados que afetaram o setor, sobretudo, em sua unidade de Pereira Barreto. Aproximadamente 16.000 (dezesesseis mil) hectares de cana-de-açúcar foram atingidos, sendo que, em 6.100 (seis mil e cem) hectares, a Companhia realizou os tratos culturais de cana soca complementares.

Grande parte da área já havia sido colhida quando dos incêndios, reduzindo os impactos na cana disponível para moagem nesta safra. O principal impacto ocorreu na redução da qualidade da matéria-prima (ATR). Para mitigar os efeitos adversos, a Companhia priorizou a moagem da cana-de-açúcar afetada, reorganizando as frentes de colheita.

## 2 Políticas contábeis materiais

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos e pelos ativos biológicos que foram mensurados pelo valor justo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 (R1), emitida pelo CPC em novembro de 2023, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 29 de maio de 2025.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras tais como moagem de cana e energia elétrica gerada não foram auditados pelos auditores independentes.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

### 2.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo e suas controladas em 31 de março de 2025 e 2024:

- Pioneiros Bioenergia S.A. (“Pioneiros”)
- Companhia Brasileira de Participações em Bioeletricidade - (“CBPB”)
- Pioneiros Termoelétrica Ilha Solteira Ltda. (“Termo Ilha Solteira”)
- Pioneiros Termoelétrica Sud Mennuci Ltda. (“Termo Sud Mennuci”)
- Termoelétrica Santa Adélia Ltda. (“Termo Santa Adélia”)
- Termoelétrica Interlagos Ltda. (“Termo Interlagos”)

A Usina Santa Adélia S.A. controla, direta ou indiretamente, com 100% de participação todas essas entidades.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

### (i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação são mensurados inicialmente pelos valores justos na data de aquisição.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial, anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*).

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas controladas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

### (ii) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As práticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

## 2.2 Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

## 2.3 Classificação corrente versus não corrente

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

### 2.4 Mensuração do valor justo

O Grupo mensura instrumentos financeiros (como, por exemplo, derivativos) e ativos não financeiros (como o ativo biológico) ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, o Grupo determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

Controladora	2025			2024		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>						
Aplicações financeiras	7.132	554.276			652.949	
Instrumentos financeiros derivativos	1.314	34.373			19.394	
Ativos biológicos			212.789			280.333
	<b>8.446</b>	<b>588.649</b>	<b>212.789</b>		<b>672.343</b>	<b>280.333</b>
<b>Passivos financeiros mensurados ao valor justo</b>						
Instrumentos financeiros derivativos	4.301	2.203		6.313	4.058	
Empréstimos e financiamentos		1.119.919			944.262	
	<b>4.301</b>	<b>1.122.122</b>		<b>6.313</b>	<b>948.320</b>	

Consolidado	2025			2024		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>						
Aplicações financeiras	7.132	607.729			699.610	
Instrumentos financeiros derivativos	1.314	34.373			19.394	
Ativos biológicos			212.789			280.333
	<b>8.446</b>	<b>642.102</b>	<b>212.789</b>		<b>719.004</b>	<b>280.333</b>
<b>Passivos financeiros mensurados ao valor justo</b>						
Instrumentos financeiros derivativos	4.301	2.203		6.313	4.058	
Empréstimos e financiamentos		1.119.919			944.262	
	<b>4.301</b>	<b>1.122.122</b>		<b>6.313</b>	<b>948.320</b>	

## 2.5 Receita de contrato com cliente

O Grupo fabrica e vende açúcar e etanol. As vendas desses produtos são reconhecidas quando os produtos são entregues aos clientes, os quais passam a ter os benefícios e assumem todos os riscos inerentes aos produtos vendidos. Todas as operações de venda de açúcar e etanol do Grupo, são efetuadas através da cooperativa - Copersucar.

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

As controladas indiretas Pioneiros Termoelétrica Sud Mennucci Ltda., Pioneiros Termoelétrica Ilha Solteira Ltda., Termoelétrica Santa Adélia Ltda. e Termoelétrica Interlagos Ltda. geram, compram e vendem energia elétrica. A receita com a venda de energia elétrica é reconhecida com base na quantidade de energia elétrica (em Megawatts) disponibilizada para a concessionária de energia elétrica, apurada ao final de cada mês.

### Contas a receber de clientes

Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). Vide políticas contábeis de ativos financeiros na Nota 2.11.

### Operações com a cooperativa

As receitas auferidas e as despesas incorridas nas operações por conta de cooperados e nas atividades de apoio e administração efetuadas pela cooperativa, são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº 66, de 5 de setembro de 1986.

## 2.6 Tributos

### Imposto de renda e contribuição social - correntes

#### Lucro real

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado e gera lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

#### Lucro presumido

Para as Termoelétricas, empresas controladas, a Companhia adota tributação com base no lucro presumido e opta pelo recolhimento pelo regime de caixa, para cálculo do imposto corrente. O lucro presumido representa 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social dos valores recebidos a título de venda de energia elétrica e 100% dos valores recebidos a título de outras receitas.

As alíquotas desses tributos são de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

#### Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, o Grupo confia em premissas de projeções usadas nas demonstrações financeiras e em outros relatórios da administração, que, entre outras coisas, refletem o impacto potencial de assuntos relacionados com o seu plano de negócios e planejamento estratégico.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

O Grupo contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pelo Grupo se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

## **Tributos sobre as vendas**

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

## **2.7 Ativos não circulantes mantidos para venda**

O Grupo classifica um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Esses ativos não circulantes e mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda.

## **2.8 Distribuição de lucros**

O Grupo reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

## **2.9 Imobilizado**

Os terrenos compreendem as propriedades onde estão instaladas as unidades fabris e administrativas da Companhia e suas controladas.

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico ou reavaliado até 31 de dezembro de 2008, menos despesas de depreciação e provisão para não realização (*impairment*). A Companhia e suas controladas optaram pelo reconhecimento do custo atribuído (*deemed cost*) como previsto no pronunciamento técnico – CPC 27 e Interpretação técnica – ICPC 10, ajustando assim o custo histórico de determinados bens do ativo imobilizado existente em 1º de abril de 2009.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os adiantamentos a fornecedores de bens destinados ao ativo imobilizado são demonstrados pelo valor de custo de aquisição.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos. As taxas estão divulgadas na Nota explicativa 10. Terrenos não são depreciados. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Quando os ativos reavaliados são vendidos, os valores incluídos na reserva de reavaliação são transferidos para lucros (prejuízos) acumulados.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.

A Companhia realiza anualmente manutenções em suas unidades industriais, normalmente no período compreendido entre dezembro e março ao final de cada período de moagem. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra, bem como a depreciação desse período. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciado durante a safra seguinte.

Qualquer outro tipo de gasto, que não aumenta sua vida útil ou mantém sua capacidade de moagem, são reconhecidos no resultado como despesa.

### 2.10 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

## 2.11 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

### Ativos financeiros

#### **Reconhecimento inicial e mensuração**

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. O Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

#### **Mensuração subsequente**

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de março de 2025 e 2024 o Grupo possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

#### **Ativos financeiros ao custo amortizado (Instrumentos de dívida)**

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

#### **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos financeiros derivativos.

## **Desreconhecimento**

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

## **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Para contas a receber de clientes, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

## **Passivos financeiros**

### ***Reconhecimento inicial e mensuração***

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

### **Mensuração subsequente**

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

### **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

### **Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos, financiamentos e debêntures)**

Esta é a categoria mais relevante para o Grupo. Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos, financiamentos e debêntures concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

### **Desreconhecimento**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

### **Compensação de instrumentos financeiros**

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

### 2.12 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido - dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal).

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

### 2.13 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

O Grupo baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o décimo ano.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiriam. Se tal indicativo existir, o Grupo estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de março ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

### 2.14 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

### 2.15 Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

#### ***Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas***

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### 2.16 Conversão de moeda estrangeira

#### **Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas.

#### **Transações e saldos**

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

### 2.17 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, o Grupo concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

## 2.18 Ativo biológico

Os ativos biológicos correspondem aos tratos culturais nas lavouras de cana-de-açúcar, que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol. Esses ativos estão avaliados pelo valor justo, menos as despesas de vendas.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são registrados no exercício na subconta “Variação no valor justo do ativo biológico” na rubrica “Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados”.

Em determinadas circunstâncias, o valor justo estimado, menos as despesas de venda, se aproxima do correspondente custo de tratos, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando se espera que o impacto dessa transformação sobre o valor justo não seja material, nesses casos, os gastos incorridos constituem-se como referência de valor justo.

## 2.19 Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

### Companhia como arrendatária

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

### Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

### Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir ao Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

### **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor**

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

## **2.20 Custos de empréstimos**

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos aos empréstimos e financiamentos.

## **2.21 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

### **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024**

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (em 1º de abril de 2024, no caso do Grupo). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

#### Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* - Alterações ao CPC 26

O Grupo adotou a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1) e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório.

Isso resultou em uma mudança na política contábil para a classificação de passivos que podem ser liquidados em ações próprias de uma entidade do Grupo. Anteriormente, o Grupo ignorava todas as opções de conversão de contraparte ao classificar os passivos relacionados como circulantes ou não circulantes. De acordo com a nova política, quando um passivo inclui uma opção de conversão de contraparte pela qual o passivo pode ser liquidado por uma transferência das próprias ações de uma entidade do Grupo. O Grupo leva em consideração a opção de conversão ao classificar o passivo principal como circulante ou não circulante, a menos que a opção seja classificada como patrimônio líquido de acordo com o CPC 39/IAS 32. Os outros passivos do Grupo não foram impactados pelas alterações.

Apesar da mudança na política, não há impacto retrospectivo nas demonstrações comparativas, pois o Grupo não tinha notas conversíveis em aberto em 31 de dezembro de 2023. Contudo, o Grupo emitiu novas notas conversíveis durante o ano findo em 31 de dezembro de 2024, algumas das quais (série B) têm opções de conversão classificadas como passivos. Essas notas conversíveis são impactadas pela política revisada. Os passivos relacionados são classificados como circulantes em 31 de dezembro de 2024, pois a opção de conversão pode ser exercida pelos detentores dentro de 12 meses após o período de relatório, o Grupo não tem o direito de adiar a liquidação por pelo menos 12 meses após a data do relatório.

### 2.22 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

#### Alterações ao CPC 03 – demonstração de Fluxos de Caixa - e CPC 40 – Instrumentos Financeiros Evidenciação

O Grupo também aplicou os Acordos de Financiamento de Fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7) pela primeira vez em 2024. As alterações introduzem novas divulgações para ajudar os usuários das demonstrações financeiras a avaliarem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e risco de liquidez de uma entidade.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

### 2.23 Política de *Hedge accounting*

A partir de 1º de julho de 2023 a Companhia optou pela utilização da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para garantir proteção contra os riscos de variação cambial e da oscilação do preço da *commodity* açúcar. O objeto de *hedge*, o item protegido, é a receita futura das vendas de açúcar em operações consideradas altamente prováveis. O instrumento de *hedge* é o instrumento financeiro derivativo de opções, especificamente na modalidade "Zero Cost Collar", utilizado para proteção de um ou mais riscos financeiros, originados pelo objeto de *hedge*. Os instrumentos eleitos para a designação efetuam cobertura de vendas da safra atual e de safras futuras e foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa de transações esperadas altamente prováveis (vendas futuras).

Ainda, a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia também passou a adotar *hedge accounting* de fluxo de caixa para seus contratos de *Swap* de taxas de juros e de moeda estrangeira, atrelados a contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Em ambos os casos, a Companhia, no início da operação, efetua a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*. As operações de *hedge accounting* seguem a política de risco aprovada pela administração e são submetidas a testes periódicos de efetividade.

Apenas a parcela dos instrumentos financeiros derivativos designada para proteção (as vendas futuras altamente prováveis), alinhada quanto ao prazo, valor e natureza do risco, e comprovadamente efetiva, tem seus resultados potenciais registrados em conta específica de patrimônio líquido ("Ajustes de avaliação patrimonial"), líquidos do imposto de renda e da contribuição social diferidos. O ganho ou perda relacionados a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

No caso dos *Swaps*, as variações no valor justo dos derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa, também tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido e o componente ineficaz, quando aplicável, é registrado no resultado do exercício no "Resultado financeiro".

Em ambos os casos os valores acumulados no patrimônio líquido serão realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado de modo a minimizar as variações indesejadas do objeto do *hedge*.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos usados para fins de *hedge* e as movimentações nos valores de *hedge* classificados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido, estão demonstradas na Nota 20 (e).

### 3 Estimativas e premissas contábeis significativas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Grupo revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

#### ***Mensuração ao valor justo do ativo biológico***

Os valores justos dos ativos biológicos da Companhia representam o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados. As principais premissas utilizadas para determinar o valor justo das propriedades e as análises de sensibilidade são fornecidas na Nota explicativa 9.

#### ***Tributos***

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A controladora possui prejuízos fiscais contabilizados no valor de R\$ 96.735 (março de 2024 – R\$ 72.172), as controladas do Grupo apresentam prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$ 99.243 (março de 2024 - R\$ 98.455) não contabilizados.

Esses prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte do Grupo. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Essas controladas não têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de ativo fiscal diferido.

#### **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

O Grupo reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais com o prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e do planejamento estratégico para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota explicativa 12.

## **4 Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e caixa restrito**

### **4.1 Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora			Consolidado		
	Taxa média	2025	2024	Taxa média	2025	2024
Caixa e bancos - no Brasil		77	56		132	96
Caixa e bancos - no exterior		9.346			9.346	
Aplicações financeiras - no Brasil	103,94% a.a.	554.276	652.949	103,71% a.a.	607.729	699.610
Aplicações financeiras - no exterior	4,34% a.a.	7.132		4,34% a.a.	7.132	
Total de caixa e equivalentes de caixa		<b>570.831</b>	<b>653.005</b>		<b>624.339</b>	<b>699.706</b>

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

Bancos e disponíveis rendem juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários. Os depósitos a curto prazo são efetuados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa do Grupo, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas de depósito de curto prazo.

### **4.2 Caixa restrito**

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Caixa restrito	<b>660</b>	

Caixa restrito decorrente de operações com derivativos destinado ao margearamento junto às corretoras para a cobertura, estabelecidas pela bolsa de mercadorias na qual os contratos são firmados.

## 5 Contas a receber de clientes

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes no país		12.549	14.281	14.102	16.862
Contas a receber partes relacionadas	27.1	693	399		
(-) Provisão para perdas esperadas		(1.202)	(670)	(1.202)	(670)
		<b>12.040</b>	<b>14.010</b>	<b>12.900</b>	<b>16.192</b>
Circulante		8.362	7.999	9.222	10.181
Não circulante		3.678	6.011	3.678	6.011

O “Aging list” das contas a receber está apresentado conforme descrito a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer:				
até 90 dias	4.199	2.891	5.059	5.074
até 180 dias	205	430	205	430
até 365 dias	3.539	4.701	3.539	4.700
Acima 1 ano	3.678	6.011	3.678	6.011
	<b>11.621</b>	<b>14.033</b>	<b>12.481</b>	<b>16.215</b>
Vencidas:				
até 180 dias	452	622	452	622
Acima 1 ano	1.169	25	1.169	25
	<b>1.621</b>	<b>647</b>	<b>1.621</b>	<b>647</b>
	<b>13.242</b>	<b>14.680</b>	<b>14.102</b>	<b>16.862</b>

## 6 Contas a receber - Cooperativa

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Direitos de safra (i)	66.670	52.035
(-) Antecipação do fluxo de recebíveis (ii)	(39.555)	
Circulante	<b>26.957</b>	<b>51.877</b>
Não circulante	<b>158</b>	<b>158</b>

- (i) Correspondem a recebíveis decorrentes das operações com a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº 66 de 5 de dezembro de 1986. Há um fluxo contratual de pagamentos predeterminado, sendo que a liquidação financeira da safra corrente sempre ocorrerá até 31 de maio, já da próxima safra. Na data destas demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas não há contas a receber vencidos.
- (ii) A Companhia, na condição de credora da Cooperativa (Coopersucar), de direitos originados pela entrega de produção de açúcar e etanol, antecipou parte do fluxo de recebíveis que originalmente seriam recebidos após a data base destas demonstrações financeiras, junto a uma instituição financeira. A operação faz parte de um “Acordo Operacional para Operação de Aquisição de Créditos” celebrado entre a Cooperativa e algumas instituições financeiras, visando antecipar os recebíveis já performados durante a Safra 2024/2025 e fortalecer a relação de cooperativismo já existente.

### Ação de preços – IAA

A Companhia, assim como outras usinas cooperadas da Copersucar, é parte ativa em ação indenizatória decorrente de prejuízos sofridos pelas usinas com a intervenção do governo nos preços do açúcar e do álcool nos anos 1980. Estas ações foram julgadas procedentes e o poder judiciário condenou a União a indenizar a Cooperativa. A partir de 2017 as indenizações foram reconhecidas através da emissão de precatórios, que foram efetivamente pagos, de forma parcelada, entre 2019 e 2024, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e Consolidado				
Ano	1º Precatário	2º Precatário	3º Precatário	Total
2019	19.781			19.781
2020	24.006	39.120		63.126
2021	24.725	45.025		69.750
2022	26.617	48.508		75.125
2023	30.520	55.571		86.091
2024	32.163	120.897	75.396	228.456
	<b>157.812</b>	<b>309.121</b>	<b>75.396</b>	<b>542.329</b>

### 7 Estoques

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Produtos acabados - Açúcar e etanol		9.300
CBIOs	22.780	32.320
Materiais de almoxarifado e insumos agrícolas	46.604	45.073
Ajuste ao valor recuperável - etanol		(348)
Provisão para perdas com itens obsoletos	(2.719)	(2.090)
	<b>66.665</b>	<b>84.255</b>

Os produtos acabados referem-se a açúcar e etanol e estão à disposição da Cooperativa para comercialização.

Os saldos de materiais de almoxarifado e insumos agrícolas estão apresentados a custo, enquanto os produtos acabados são apresentados ao custo ou ao seu valor realizável líquido, dos dois o menor.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, o valor de R\$ 629 foi reconhecido como uma redução de estoques no resultado, em custo de vendas (R\$ 271 em 2024).

### RenovaBio – CBIOs

Em 31 de março de 2025, a Companhia possuía 324 mil CBIOs emitidos (284 mil em 2024). A comercialização destes títulos, após sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio. A mensuração a valor justo desses Créditos de Descarbonização ("CBIOs") na data das demonstrações financeiras foi registrado como estoque em contrapartida de outras receitas operacionais.

### Sobre o Renovabio:

Instituída pela Lei nº 13.576/2017, o RenovaBio e a Política Nacional de Biocombustíveis. O principal instrumento do RenovaBio e o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. As distribuidoras de combustíveis deverão comprovar o cumprimento de metas individuais compulsórias por meio da compra de CBIOs, ativo financeiro negociável em bolsa, derivado da certificação do processo produtivo de biocombustíveis com base nos respectivos níveis de eficiência alcançados em relação a suas emissões.

## 8 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - PIS e COFINS (i)	30.598	8.843	31.441	9.483
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	14.137	19.440	14.172	19.440
Outros	1.185	971	1.592	1.352
	<b>45.920</b>	<b>29.254</b>	<b>47.205</b>	<b>30.275</b>
Circulante	<b>15.962</b>	<b>10.061</b>	<b>17.247</b>	<b>11.082</b>
Não circulante	<b>29.958</b>	<b>19.193</b>	<b>29.958</b>	<b>19.193</b>

- (i) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu na rubrica das contribuições de PIS e COFINS, créditos no montante de R\$ 8.982, oriundos dos benefícios do crédito presumido nas aquisições de cana-de-açúcar destinada a produção do açúcar exportado (35% sobre a alíquota combinada de 9,25% do valor das aquisições de cana-de-açúcar na proporção relativa à exportação de açúcar), conforme Artigo 8º Lei .10.925/2004.

Os tributos a recuperar serão compensados no curso normal das atividades do Grupo, através da utilização junto a outros tributos federais, estaduais e previdenciários. Parte substancial dos créditos de ICMS, PIS e COFINS serão transferidos à Cooperativa de acordo com as regras e políticas dos cooperados, assim como já ocorre recorrentemente durante a safra.

Em relação ao IRRF, a administração estima que a realização ocorrerá integralmente durante os próximos 12 meses.

Para parte dos créditos de ICMS, a administração estima sua utilização para um período mínimo de duas safras, ou seja, com realização estimada até 31 de março de 2027.

## 9 Ativo biológico

Em 31 de março de 2025, a Companhia possuía 64.747 hectares (2024 - 63.286) de lavouras de cana-de-açúcar, cultivadas no estado de São Paulo. Essa cana-de-açúcar é utilizada como matéria-prima no processo industrial para a fabricação de açúcar e etanol.

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Custo de formação	189.122	182.618
Variação do valor justo	30.077	97.715
	<b>219.199</b>	<b>280.333</b>

A movimentação do ativo biológico durante os exercícios findos em 2025 e 2024 é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
No início do período	280.333	248.101
Aumento decorrente de tratos culturais	189.122	182.618
Redução decorrente de colheita	(182.618)	(184.621)
Realização do valor justo ativo biológico	(97.715)	(63.480)
Variação no valor justo	30.077	97.715
No final do período	<b>219.199</b>	<b>280.333</b>

O valor justo dos ativos biológicos é classificado no nível 3 (Nota 2.4) e as seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo por meio do fluxo de caixa descontado:

- (a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da produtividade futura da cana-de-açúcar, um ano e meio, medida em toneladas e nível de concentração de açúcar - ATR, pelo preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e etanol.
- (b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com corte, transbordo e transporte - CTT; (iii) custos de capital (equivalentes a arrendamento de terras e de máquinas e equipamentos); e (iv) tributos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

Com base na estimativa de receitas e custos, determinam-se os fluxos de caixa futuros a serem gerados, os quais são ajustados a valor presente, utilizando-se uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações do valor justo e a realização deste custo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a rubrica de “Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados” no resultado.

As principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos são como seguem:

	2025	2024
Área (ha)	64.747	63.286
TCH médio	72,53	96,54
Quantidade de KGs de ATR	136,07	134,37
R\$ por KG de ATR	1,20	1,20
Corte, transbordo, e transporte (CTT)		
R\$ por tonelada de cana	45,19	36,66

O modelo e as premissas utilizados na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração nas datas das demonstrações financeiras e são revisadas mensalmente.

### Análise de sensibilidade do valor justo

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2025, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar, e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 26.233. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 28.659.

Veja política contábil na nota explicativa 3 (a).

10 Imobilizado

Controladora:

Custo	Taxa	2023	Adições	Baixas	Transferências entre contas	Transferências entre grupos	2024	Custo	Taxa	2024	Adições	Baixas	Transferências entre contas	Transferências entre grupos	2025
Terrenos		1.072					1.072	Terrenos		1.072					1.072
Edificações e benfeitorias		125.899				1.719	127.618	Edificações e benfeitorias		127.618		(595)	(49.762)	6.655	83.916
Equipamentos e instalações		765.089	79.527	(7.400)	(72.650)	43.652	808.218	Equipamentos e instalações		808.218	84.849	(17.711)	(267.495)	81.611	689.472
Veículos		127.575		(523)	(2.552)	15.548	140.048	Veículos		140.048		(2.341)	(44.742)	7.799	100.764
Móveis e utensílios		3.496				135	3.631	Móveis e utensílios		3.631		(165)	(1.542)	980	2.904
Obras em andamento		12.606	146.783		(311)	(63.179)	95.899	Obras em andamento		95.899	211.393		(9.515)	(97.601)	200.176
Planta portadora		1.070.725	227.223		(192.039)		1.105.909	Planta portadora (i)		1.105.909	195.344		(289.463)		1.011.790
Outros		8.944		(179)		2.125	10.890	Outros		10.890		(1.397)	(1.633)	556	8.416
		<b>2.115.406</b>	<b>453.533</b>	<b>(8.102)</b>	<b>(267.552)</b>		<b>2.293.285</b>			<b>2.293.285</b>	<b>491.586</b>	<b>(22.209)</b>	<b>(664.152)</b>		<b>2.098.510</b>
Depreciação	Taxa	2023	Adições	Baixas	Transferências entre contas	Transferências entre grupos	2024	Depreciação	Taxa	2024	Adições	Baixas	Transferências entre contas	Transferências entre grupos	2025
Edificações e benfeitorias	3,12%	(64.110)	(2.250)				(66.360)	Edificações e benfeitorias	3,12%	(66.360)	(2.313)	61	49.762		(18.850)
Equipamentos e instalações	9,05%	(443.436)	(106.922)	4.017	72.370		(473.971)	Equipamentos e instalações	9,05%	(473.971)	(111.356)	13.874	267.050		(304.403)
Veículos	10,63%	(107.595)	(2.698)	515	2.491		(107.287)	Veículos	10,63%	(107.287)	(3.772)	2.250	44.725		(64.084)
Móveis e utensílios	10,61%	(2.588)	(200)				(2.788)	Móveis e utensílios	10,61%	(2.788)	(221)	125	1.542		(1.342)
Planta portadora	20,00%	(460.899)	(166.267)		192.039		(435.127)	Planta portadora	20,00%	(435.127)	(208.197)		289.463		(353.861)
Outros	19,92%	(6.121)	(986)	178			(6.929)	Outros	19,92%	(6.929)	(1.239)	1.344	1.633		(5.191)
		<b>(1.084.749)</b>	<b>(279.323)</b>	<b>4.710</b>	<b>266.900</b>		<b>(1.092.462)</b>			<b>(1.092.462)</b>	<b>(327.098)</b>	<b>17.654</b>	<b>654.175</b>		<b>(747.731)</b>
Saldo líquido							2024	Saldo líquido							2025
Terrenos							1.072	Terrenos							1.072
Edificações e benfeitorias							61.258	Edificações e benfeitorias							65.066
Equipamentos e instalações							334.247	Equipamentos e instalações							385.069
Veículos							32.761	Veículos							36.680
Móveis e utensílios							843	Móveis e utensílios							1.562
Obras em andamento							95.899	Obras em andamento							200.176
Planta portadora							670.782	Planta portadora							657.929
Outros							3.961	Outros							3.225
							<b>1.200.823</b>								<b>1.350.779</b>
							<b>1.030.657</b>								<b>1.200.823</b>

#### Consolidado:

Custo	Taxa	2023	Adições	Baixas	Transferências entre contas	Transferências entre grupos	Impairment (ii)	2024	Custo	Taxa	2024	Adições	Baixas	Transferências entre contas	Transferências entre grupos	2025	
Terrenos		1.877						1.877	Terrenos		1.877					1.877	
Edificações e benfeitorias		135.725				1.719	1.085	138.529	Edificações e benfeitorias		138.529		(733)	(57.338)	6.655	87.113	
Equipamentos e instalações		946.084	80.957	(8.108)	(74.384)	48.569	2.367	995.485	Equipamentos e instalações		995.485	84.849	(21.557)	(332.680)	93.077	819.174	
Veículos		152.980		(523)	(2.552)	15.548		165.453	Veículos		165.453		(2.571)	(53.883)	7.799	116.798	
Móveis e utensílios		3.706		(4)		135		3.837	Móveis e utensílios		3.837		(302)	(1.608)	980	2.907	
Obras em andamento		16.959	158.612		(311)	(68.096)		107.164	Obras em andamento		107.164	218.408		(6.096)	(109.067)	210.409	
Planta portadora		1.070.725	227.223		(192.039)			1.105.909	Planta portadora (i)		1.105.909	195.344		(289.463)		1.011.790	
Outros		9.491		(179)		2.125		11.437	Outros		11.437		(1.466)	(1.912)	556	8.615	
		<b>2.337.547</b>	<b>466.792</b>	<b>(8.814)</b>	<b>(269.286)</b>		<b>3.452</b>	<b>2.529.691</b>			<b>2.529.691</b>	<b>498.601</b>	<b>(26.629)</b>	<b>(742.980)</b>		<b>2.258.683</b>	
Depreciação	Taxa	2023	Adições	Baixas	Transferências entre contas	Transferências entre grupos	Impairment (ii)	2024	Depreciação	Taxa	2024	Adições	Baixas	Transferências entre contas	Transferências entre grupos	2025	
Edificações e benfeitorias	3,09%	(72.252)	(2.317)				(70)	(74.639)	Edificações e benfeitorias	3,09%	(74.639)	(2.380)	198	57.338		(19.483)	
Equipamentos e instalações	9,17%	(573.420)	(117.763)	4.697	72.371		(473)	(614.588)	Equipamentos e instalações	9,17%	(614.588)	(124.286)	17.546	332.217		(389.111)	
Veículos	10,71%	(132.876)	(2.762)	515	2.491			(132.632)	Veículos	10,71%	(132.632)	(3.802)	2.461	53.005		(80.968)	
Móveis e utensílios	10,61%	(2.796)	(200)	4				(2.992)	Móveis e utensílios	10,61%	(2.992)	(220)	262	1.608		(1.342)	
Obras em andamento	20,00%	(460.899)	(166.267)		192.039			(435.127)	Obras em andamento	20,00%	(435.127)	(208.197)		289.463		(353.861)	
Planta portadora	19,86%	(6.506)	(1.012)	178				(7.340)	Planta portadora	19,86%	(7.340)	(1.263)	1.414	1.912		(5.277)	
Outros									Outros								
		<b>(1.248.749)</b>	<b>(290.321)</b>	<b>5.394</b>	<b>266.901</b>		<b>(543)</b>	<b>(1.267.318)</b>			<b>(1.267.318)</b>	<b>(340.148)</b>	<b>21.881</b>	<b>735.543</b>		<b>(850.042)</b>	
Saldo líquido								2024	2023	Saldo líquido						2025	2024
Terrenos								1.877	1.877	Terrenos						1.877	1.877
Edificações e benfeitorias								63.890	63.473	Edificações e benfeitorias						67.630	63.890
Equipamentos e instalações								380.897	372.664	Equipamentos e instalações						430.063	380.897
Veículos								32.821	20.104	Veículos						35.830	32.821
Móveis e utensílios								845	910	Móveis e utensílios						1.565	845
Obras em andamento								107.164	16.959	Obras em andamento						210.409	107.164
Planta portadora								670.782	609.826	Planta portadora						657.929	670.782
Outros								4.097	2.985	Outros						3.338	4.097
								<b>1.262.373</b>	<b>1.088.798</b>							<b>1.408.641</b>	<b>1.262.373</b>

- (i) No exercício findo em 31 de março de 2025 a rubrica de “Planta portadora” inclui o montante de R\$ 33.861 (R\$ 38.187 em 2024), decorrente da apropriação dos custos com arrendamentos e parcerias de áreas de reforma e expansão. Estes custos são adicionados ao custo de formação da planta portadora e serão amortizados à taxa de 20% a.a.. Neste exercício o montante de R\$ 26.541 (R\$ 18.904 em 2024) foi amortizado e integrou o custo de produção de cana.
- (ii) Reversão/(Constituição) de provisão para redução ao valor recuperável pela possibilidade de utilização dos ativos em novos projetos.

### 10.1 Notas sobre o imobilizado

- (i) Em 1º de janeiro de 2009, a Companhia efetuou o registro do custo atribuído (*deemed cost*) para Edificações e benfeitorias e Equipamentos e instalações, em conformidade com a Interpretação Técnica - ICPC 10 emitido pelo CPC, baseada em avaliação efetuada por avaliadores independentes. Da mesma forma, foram modificadas as taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado em virtude da nova vida útil estimada dos mesmos, conforme Pronunciamento Técnico 27 - Ativo Imobilizado. Em decorrência, nessa mesma data, foi registrada mais valia dos ativos e foram modificadas as taxas de depreciação dos bens do imobilizado em virtude de nova estimativa de vida útil econômica destes. O acréscimo no valor dos bens do ativo imobilizado, correspondente ao registro do custo atribuído à época, foi no montante de R\$ 68.819. O saldo em 31 de março de 2025 é de R\$ 12.204 (R\$ 15.308 em 2024).
- (ii) Em 31 de março de 2025, as obras em andamento referem-se, substancialmente, aos seguintes projetos:
- Usina de Jaboticabal: Sustaining componentes da moenda, Estruturação e centralização do CFTV e Retrofit do sistema de refrigeração do administrativo;
  - Usina de Pereira Barreto: Construção fábrica de açúcar, Irrigação de gotejo e Equipamentos críticos sobressalentes;
  - Termo Jaboticabal: Sustaining de ativos da termoelétrica;
  - Termo Interlagos: Sustaining da caldeira e Overhaul da TM35000.
- (iii) Em função de alguns empréstimos, financiamentos e debêntures, bens do ativo imobilizado no montante de R\$ 41.094 (R\$ 43.558 em 2024) encontram-se gravados em garantia dos credores.

### 10.2 Custos de encargos financeiros capitalizados na formação da planta portadora

As lavouras de cana-de-açúcar correspondem às plantas portadoras, classificadas como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, cinco anos após o seu primeiro corte.

Os custos dos encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures tomados para financiar a formação destas lavouras, que inclui os arrendamentos e parcerias pagas sobre o uso da terra, são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para seu uso pretendido. O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o exercício foi de R\$ 24.729 (R\$ 28.821 em 2024).

### 10.3 Resultado na baixa do imobilizado

Neste exercício, o Grupo vendeu ativos imobilizados com um valor não depreciado de R\$ 4.748 (R\$3.420 em 2024). Os ganhos (perdas) líquidas dessas alienações foram reconhecidos como parte de outras receitas e despesas operacionais na demonstração consolidada do resultado (Nota 23).

### 10.4 Transações que não afetam o fluxo de caixa

Em 31 de março de 2025 e 2024 respectivamente, constavam saldos relativos à aquisição de ativos imobilizado, o qual ainda não havia ocorrido efetivamente o pagamento, sendo liquidado em período subsequente. Conforme indicado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Aquisição de ativo imobilizado	296.242	226.310	303.257	239.569
Saldo de fornecedores com aquisição de ativo	(18.936)	(13.480)	(18.936)	(15.550)
Saldo de fime com aquisição de ativo	(10.297)		(10.297)	
	<b>267.009</b>	<b>212.830</b>	<b>274.024</b>	<b>224.019</b>

## 11 Investimentos

	<b>Controladora</b>					
	<b>Pioneiros Bioenergia S.A.</b>	<b>CBPB</b>	<b>Copersucar S.A.</b>	<b>CTC - Centro Tecnologia Canavieira S.A.</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>(a) Informações sobre as investidas</b>						
Quantidade de ações possuídas	282.288.277	2.251.557	65.493.716	760.001		
Participação no capital social (%)	100,00%	86,61%	5,31%	0,45%		
Patrimônio líquido	45.624	80.060	2.053.424	1.125.891		
Lucro líquido do exercício	8.786	17.580	402.370	175.677		
<b>(b) Movimentação dos investimentos</b>						
No início do exercício	37.040	71.356	108.765	4.380	221.541	214.064
Aporte de capital						19.151
Dividendos		(17.239)	(15.106)	(160)	(32.505)	(53.859)
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa			(6.651)	30	(6.621)	4.914
Equivalência patrimonial	8.584	15.227			23.811	24.233
Participação nos resultados de coligadas			21.995	779	22.774	13.038
<b>Investimentos</b>	<b>45.624</b>	<b>69.344</b>	<b>109.003</b>	<b>5.029</b>	<b>229.000</b>	<b>221.541</b>

## 11.1 Investimentos no consolidado

	Consolidado			
	Copersucar S.A.	CTC - Centro Tecnologia Canaveira S.A.	2025	2024
<b>(a) Informações sobre as investidas</b>				
Quantidade de ações possuídas	87.781.087	760.001		
Participação no capital social (%)	6,97%	0,45%		
Patrimônio líquido	2.053.424	1.125.891		
Lucro líquido do exercício	402.370	175.677		
<b>(b) Movimentação dos investimentos</b>				
Classificados no ativo não circulante				
No início do exercício	131.814	4.380	136.194	145.512
Aporte de capital				10.490
Dividendos	(15.149)	(160)	(15.309)	(34.921)
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa	(6.651)	30	(6.621)	4.914
Participação nos resultados de coligadas	21.995	779	22.774	10.199
	<b>132.009</b>	<b>5.029</b>	<b>137.038</b>	<b>136.194</b>

A Copersucar S.A., constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, tem a exclusividade na comercialização dos volumes de açúcar e etanol produzidos pelas unidades produtoras sócias e que inclui a Usina Santa Adélia S.A. e a Pioneiros Bioenergia S.A., gerenciando todos os elos da cadeia de açúcar e etanol, desde o acompanhamento da safra no campo até os mercados finais, incluindo as etapas de armazenamento, de transporte e de comercialização.

Além de um modelo de negócios considerado único no setor sucroenergético, a Copersucar S.A. estruturou também um modelo de governança corporativa transparente, incorporando as melhores práticas do mercado. Atualmente, membros da Administração da Usina Santa Adélia S.A. representam o Grupo nas decisões das políticas operacionais, financeiras e estratégicas da Copersucar S.A., através da participação no Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês de Governança. Assim, o investimento na Copersucar S.A. é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce influência significativa em sua administração.

## 11.2 Resumo das informações financeiras das controladas

Balança patrimonial	CBPB (Consolidado)		Pioneiros Bioenergia S.A.	
	2025	2024	2025	2024
<b>Ativo</b>				
Circulante	48.987	49.434	20.635	3.399
Não circulante	57.625	60.755	40.470	50.476
<b>Total do ativo</b>	<b>106.612</b>	<b>110.189</b>	<b>61.105</b>	<b>53.875</b>
<b>Passivo</b>				
Circulante	26.553	27.806	1.219	1.031
Não circulante			11.296	13.039
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>80.060</b>	<b>82.383</b>	<b>48.590</b>	<b>39.805</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>106.613</b>	<b>110.189</b>	<b>61.105</b>	<b>53.875</b>
<b>Demonstração do resultado</b>				
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Receita operacional líquida	68.459	61.717	2.050	3.989
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(50.951)	(42.803)	(2.242)	(2.573)
<b>Lucro (Prejuízo) bruto</b>	<b>17.508</b>	<b>18.914</b>	<b>(192)</b>	<b>1.416</b>
Despesas gerais e administrativas	(1.844)	(2.179)	(82)	(10)
Outras receitas (despesas), líquidas	221	2.857	5.396	5.456
Resultado de equivalência patrimonial			2.353	2.776
<b>Lucro operacional</b>	<b>15.885</b>	<b>19.592</b>	<b>7.475</b>	<b>9.638</b>
Despesas financeiras	(8)	(43)	(74)	(63)
Receitas financeiras	5.746	5.510	1.530	1.294
<b>Resultado financeiro</b>	<b>5.738</b>	<b>5.467</b>	<b>1.456</b>	<b>1.231</b>
Participação nos lucros de coligadas				(2.839)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>21.623</b>	<b>25.059</b>	<b>8.931</b>	<b>8.030</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.043)	(4.330)	(145)	(516)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>17.580</b>	<b>20.729</b>	<b>8.786</b>	<b>7.514</b>

## 12 Intangível

### 12.1 Controladora

	Controladora				
	Custo	Amortização acumulada	2025	2024	Taxa de amortização
Ágio ( <i>goodwill</i> ) (i)	166.653		166.653	166.653	
Softwares	5.214	(1.659)	3.555	2.995	20,60%
Direitos contratuais	8.432	(8.001)	431	1.507	12,77%
	<b>180.299</b>	<b>(9.660)</b>	<b>170.639</b>	<b>171.155</b>	

### 12.2 Consolidado

	Consolidado				
	Custo	Amortização acumulada	2025	2024	Taxa de amortização
Ágio ( <i>goodwill</i> ) (i)	166.653		166.653	166.653	
Softwares	5.214	(1.659)	3.555	2.995	20,60%
Direitos contratuais	15.331	(11.905)	3.426	4.847	9,27%
	<b>187.198</b>	<b>(13.564)</b>	<b>173.634</b>	<b>174.495</b>	

- (i) De acordo com CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos, o ágio (*goodwill*), deve ser submetido para teste de perda no valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou quando houver indícios de perda de valor. O teste anual de perda no valor recuperável (*impairment*) é realizado no final do mês de março de cada ano safra. No teste, os ativos foram agrupados em uma única Unidade Geradora de Caixa “UGC” que corresponde ao menor grupo de ativos geradores de fluxos de caixa independentes.

Em 31 de março de 2025 o valor em uso foi determinado por modelos de fluxos de caixa descontados a valor presente, baseados em orçamento financeiro para Safra 2025/2026 aprovado pelo Conselho de Administração e pelas projeções dos orçamentos financeiros para as próximas nove safras (com base no Planejamento Estratégico), acumulando o período de dez anos safras, acrescidos de perpetuidade, considerando as informações disponíveis no momento do cálculo.

As principais premissas utilizadas nas projeções são:

	2025	2024
Taxa média de crescimento da receita operacional	2,10%	3,01%
Taxa de crescimento real na perpetuidade	0,34%	3,18%
Taxa de desconto nominal (WACC) (i)	10,18%	11,91%

- (i) Taxa de desconto nominal, na safra 2024/2025 e taxa de desconto real, na safra 2023/2024.

Assim, não foram identificadas perdas por *impairment* no exercício findo de 31 de março de 2025 e 2024, bem como os cálculos realizados pela administração demonstram que não é provável a apuração de perdas por *impairment* dado o valor em uso ser superior ao valor contábil nestas datas.

## 13 Direito de uso, Arrendamento e Parcerias agrícolas a pagar

O direito de uso é originado quando da celebração de contratos que transferem ao Grupo o direito de controlar o uso de um ativo por tempo determinado, mediante pagamento, enquadrados como contratos de arrendamentos, locação de veículos e parcerias agrícolas, embora essa última modalidade, tenha sua natureza jurídica diversa aos arrendamentos. Segue a movimentação do direito de uso do ativo:

### 13.1 Direito de uso

	Controladora e Consolidado				
	Máquinas e equipamentos	Veículos	Parceria agrícola	Arrendamento agrícola	Ativo de direito de uso
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<b>5.898</b>	<b>6.979</b>	<b>710.916</b>	<b>50.390</b>	<b>774.183</b>
Adição por novos contratos	3.769	7.616	111.690	13.732	136.807
Baixa de contrato		(3.657)	(3.248)	(16)	(6.921)
Remensuração			28.298	1.704	30.002
Amortização	(2.832)	(6.672)	(124.306)	(12.909)	(146.719)
<b>31 de março de 2024</b>	<b>6.835</b>	<b>4.266</b>	<b>723.350</b>	<b>52.901</b>	<b>787.352</b>
Adição por novos contratos	35.373	6.320	130.503	36.685	208.881
Baixa de contrato		(780)	(12.744)		(13.524)
Remensuração	1.404	1.609	3.072	1.671	7.756
Amortização	(9.070)	(4.486)	(125.059)	(12.935)	(151.550)
<b>31 de março de 2025</b>	<b>34.542</b>	<b>6.929</b>	<b>719.122</b>	<b>78.322</b>	<b>838.915</b>

### 13.2 Arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar

	Controladora e Consolidado		
	Saldo dos compromissos de arrendamento	Ajuste a valor presente do arrendamento mercantil	Passivo de arrendamento mercantil
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<b>1.199.698</b>	<b>(333.451)</b>	<b>866.247</b>
Adição por novos contratos	265.723	(128.916)	136.807
Baixa de contrato	(8.483)	1.119	(7.364)
Remensuração	43.065	(14.028)	29.037
Pagamentos efetuados	(209.798)		(209.798)
Apropriação encargos financeiros		79.617	79.617
<b>31 de março de 2024</b>	<b>1.290.205</b>	<b>(395.659)</b>	<b>894.546</b>
Adição por novos contratos	369.076	(160.194)	208.882
Baixa de contrato	(21.373)	7.048	(14.325)
Remensuração	(3.067)	(3.400)	(6.467)
Pagamentos efetuados	(224.265)		(224.265)
Apropriação encargos financeiros		92.871	92.871
<b>31 de março de 2025</b>	<b>1.410.577</b>	<b>(459.335)</b>	<b>951.242</b>
Circulante	225.853	(92.453)	133.400
Não circulante	1.184.724	(366.882)	817.842

No exercício findo em 31 de março de 2025 a taxa média de desconto utilizada foi de 13,49% ao ano (14,65% em 2024).

Os saldos estimados de arrendamento e parceria agrícola a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

Safra	Controladora e consolidado
De 01/04/2026 a 31/03/2027	128.652
De 01/04/2027 a 31/03/2028	119.997
De 01/04/2028 a 31/03/2029	100.419
De 01/04/2029 a 31/03/2030	82.390
De 01/04/2030 a 31/03/2031	73.051
De 01/04/2031 a 31/03/2032	64.890
De 01/04/2032 a 31/03/2033	63.321
De 01/04/2033 a 31/03/2034	66.985
De 01/04/2034 a 31/03/2035	58.971
A partir de 01/04/2035	59.166
	<b>817.842</b>

## 14 Fornecedores

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Cana-de-açúcar		18.237	27.151	18.237	27.151
Equipamentos, materiais e serviços		61.433	69.598	63.511	72.705
Partes relacionadas	27	1.499	795		228
		<b>81.169</b>	<b>97.544</b>	<b>81.748</b>	<b>100.084</b>

Os valores a pagar aos fornecedores de cana-de-açúcar levam em consideração o produto recebido e ainda não pago, bem como o complemento de preço calculado com base no preço estimado no final da safra. Contas a pagar a fornecedores de cana não incidem juros e são geralmente liquidadas em prazos de até 60 dias.

## 15 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são nos respectivos vencimentos, demonstrados pelo custo amortizado.

	Encargos financeiros incidentes		Controladora e consolidado	
	Taxa	Indexador	2025	2024
<b>Moeda nacional</b>				
Capital de giro	0,85% a 1,20% a.a.	CDI	378.778	205.000
Capital de giro	1,55% a 2,35% a.a.	CDI	40.075	105.816
Capital de giro	6,20% a 9,36% a.a. (i)	Pré	19.248	45.163
Capital de giro	11,05 % a.a.	Pré	4.871	
BNDES - Finame	8,23% a.a.	Pré	11.758	
BNDES - Finame	9,50% a 10,50 % a.a.	Pré		16
BNDES - Finame	1,72% a.a.	CDI	100.447	
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	1,90 % a.a.	CDI		11.669
BNDES Renovabio	2,20 % a.a.	SELIC		117.726
Debêntures	6,88 % a.a. (ii)	IPCA	186.992	220.870
International Finance Corporation (IFC)	2,60% a.a.	CDI	143.428	168.385
Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)	4,30 % a.a.	TR	29.590	
PCA - Programa para Construção e Ampliação de Armazéns	8,50 % a.a.	Pré	15.636	
<b>Moeda estrangeira</b>				
International Finance Corporation (IFC)	5,32% a.a. (iii)	Pré	91.590	97.444
Capital de giro	6,68 % a.a. (iv)	Pré	49.345	42.934
Capital de Giro	4,69% a.a. (v)	Pré	57.527	
			<b>1.129.285</b>	<b>1.015.023</b>
Circulante			<b>154.946</b>	<b>205.645</b>
Não circulante			<b>974.339</b>	<b>809.378</b>

- (i) Parte do montante está indexado a 137,8 % do CDI a.a. e parte está indexado ao CDI + 3,22 % a.a., via contrato de *Swap*.
- (ii) A totalidade das Debêntures atreladas ao IPCA + 6,88% está indexada ao CDI + 1,77 % a.a., via contrato de *Swap*.
- (iii) A totalidade do empréstimo com o International Finance Corporation (IFC) está indexado ao CDI + 2,60% a.a., via contrato de *Swap*.
- (iv) A totalidade do empréstimo de capital de giro está indexado ao CDI + 1,79% a.a., via contrato de *Swap*.
- (v) A totalidade do empréstimo de capital de giro está indexado ao CDI + 1,10% a.a., via contrato de *Swap*.

- (a) No exercício findo em 31 de março de 2022, a Companhia concretizou a captação de recursos via Mercado de capitais, através de emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, conforme lei 12.431/11, com distribuição via oferta CVM 476 (Esforços restritos), no valor de R\$ 200.000. Esta emissão ocorreu em série única, com o prazo de 6 anos. Os pagamentos de juros serão semestrais, equivalentes a CDI + 1,775% a.a. e amortizações anuais de principal a partir do 36º mês de vigência.
- (b) O saldo exigível a longo prazo da dívida bruta dos empréstimos, financiamentos e debêntures têm a seguinte composição:

Safrá	Controladora e consolidado	
	2025	2024
De 01/04/2025 a 31/03/2026		102.005
De 01/04/2026 a 31/03/2027	197.237	196.979
De 01/04/2027 a 31/03/2028	249.442	179.462
De 01/04/2028 a 31/03/2029	190.728	187.997
De 01/04/2029 a 31/03/2030	118.803	85.249
De 01/04/2030 a 31/03/2031	67.347	41.019
De 01/04/2031 a 31/03/2032	26.328	16.667
De 01/04/2032 a 31/03/2033	26.328	
De 01/04/2033 a 31/03/2034	26.328	
De 01/04/2034 a 31/03/2035	22.639	
De 01/04/2035 a 31/03/2036	9.192	
De 01/04/2036 a 31/03/2037	9.192	
De 01/04/2037 a 31/03/2038	7.692	
De 01/04/2038 a 31/03/2039	7.692	
De 01/04/2039 a 31/03/2040	7.692	
De 01/04/2040 a 31/03/2041	7.699	
	<b>974.339</b>	<b>809.378</b>

- (c) Para as garantias das operações de capital de giro foram oferecidas, aval de acionistas, recebíveis da cooperativa, alienação fiduciária de bens e fianças bancárias. Para as operações de Finame foram oferecidos os próprios bens financiados, bem como aval dos acionistas.

Adicionalmente a essas garantias, a Companhia deve observar determinadas cláusulas contratuais (“covenants”), tais como: liquidez corrente e dívida líquida sobre *EBITDA*, vinculados a índices de performance e desempenho calculados com base nos índices anuais. Em 31 de março de 2025 e 2024 as cláusulas foram integralmente cumpridas. A Companhia estima que irá cumprir os *covenants* até a liquidação das dívidas e os saldos de curto e longo prazo são divulgados conforme os vencimentos contratuais.

A movimentação da dívida líquida nos exercícios apresentados é como segue:

	Controladora				
	Empréstimos bancários	Instrumentos financeiros derivativos	Caixa e equivalentes de caixa	Títulos e valores mobiliários	Dívida líquida
<b>Dívida líquida em 31 de março de 2023</b>	1.071.254	(12.460)	(440.288)	(2.766)	615.740
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa					
Captação de empréstimos	202.857		(202.857)		
Pagamento de empréstimos	(277.098)		277.098		
Encargos financeiros pagos	(100.401)	(27.504)	127.905		
Pagamento de arrendamento mercantil			209.798		209.798
Resultado de Swap		10.073	(10.073)		
Demais movimentações das atividades operacionais e de investimentos			(484.918)	2.766	(482.152)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa					
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	118.411	11.259	(129.670)		
MtM hedge accounting - Swap		3.296			3.296
<b>Dívida líquida em 31 de março de 2024</b>	<b>1.015.023</b>	<b>(15.336)</b>	<b>(653.005)</b>		<b>346.682</b>
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa					
Captação de empréstimos	475.095		(475.095)		
Pagamento de empréstimos	(406.317)		406.317		
Encargos financeiros pagos	(96.487)	(13.220)	109.707		
Pagamento de arrendamento mercantil			224.265		224.265
Resultado de Swap		(139)	139		
Demais movimentações das atividades operacionais e de investimentos			(53.999)		(53.999)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa					
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	141.971	(12.811)	(129.160)		
MtM hedge accounting - Swap		9.337			9.337
<b>Dívida líquida em 31 de março de 2025</b>	<b>1.129.285</b>	<b>(32.169)</b>	<b>(570.831)</b>		<b>526.285</b>

	Consolidado				
	Empréstimos bancários	Instrumentos financeiros derivativos	Caixa e equivalentes de caixa	Títulos e valores mobiliários	Dívida líquida
<b>Dívida líquida em 31 de março de 2023</b>	1.071.254	(12.460)	(475.848)	(8.166)	574.780
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa					
Captação de empréstimos	202.857		(202.857)		
Pagamento de empréstimos	(277.098)		406.317		
Encargos financeiros pagos	(100.401)	(27.504)	109.707		
Pagamento de arrendamento mercantil			224.265		224.265
Resultado de Swap		10.073	(10.073)		
Demais movimentações das atividades operacionais e de investimentos			(496.059)	8.166	(487.893)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa					
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	118.411	11.259	(129.670)		
MTM hedge accounting - Swap		3.296			3.296
<b>Dívida líquida em 31 de março de 2024</b>	<b>1.015.023</b>	<b>(15.336)</b>	<b>(699.706)</b>		<b>299.981</b>
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa					
Captação de empréstimos	475.095		(475.095)		
Pagamento de empréstimos	(406.317)		406.317		
Encargos financeiros pagos	(96.487)	(13.220)	109.707		
Pagamento de arrendamento mercantil			224.265		224.265
Resultado de Swap		(139)	139		
Demais movimentações das atividades operacionais e de investimentos			(60.806)		(60.806)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa					
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	141.971	(12.811)	(129.160)		
MTM hedge accounting - Swap		9.337			9.337
<b>Dívida líquida em 31 de março de 2025</b>	<b>1.129.285</b>	<b>(32.169)</b>	<b>(624.339)</b>		<b>472.777</b>

## 16 Salários e encargos sociais

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Salários e participações nos resultados	33.462	31.460
Provisão para férias	16.247	14.715
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	2.570	2.819
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social	1.359	2.174
Provisão para 13º salário	2.973	2.714
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	1.438	1.155
	<b>58.049</b>	<b>55.037</b>

## 17 Tributos parcelados e sub judice

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
<b>Tributos parcelados</b>		
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS Copersucar		419
Tributos s/venda de marca - Copersucar		1.023
		<b>1.442</b>
<b>Tributos sub-judice</b>		
IPI - Copersucar (i)	598	540
Liminar CPMF - Copersucar (i)		1.069
Crédito presumido de IPI - Copersucar (i)	24.086	21.084
IPI sub-judice - Copersucar (i)	2.438	2.198
Pis/Cofins sobre receitas financeiras - Copersucar (i)	82	91
Indenizatória - IAA (ii)	96.121	88.591
	<b>123.325</b>	<b>113.573</b>

- (i) Tributos sub judice decorrem de obrigações tributárias em questionamento judicial, quando o contribuinte contesta na Justiça o valor de um imposto e/ou a exigibilidade de seu pagamento. Estes passivos decorrem de obrigações assumidas pela Copersucar - Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo e pela cooperada Usina Santa Adélia S.A. O principal questionamento refere-se ao crédito presumido de IPI.
- (ii) A Companhia, em conexão com a Copersucar, propôs medida judicial para discussão da cobrança do Imposto de renda e Contribuição social e realizou o recolhimento destes tributos mediante depósito judicial. Paralelamente, a Cooperativa propôs medida judicial objetivando afastar a exigência de PIS e COFINS sobre a verba indenizatória em questão, por entender não caracterizar receita tributável em nome da Cooperativa. A fim de garantir a não exigibilidade a Companhia procedeu com os depósitos judiciais relacionados conforme pode ser observado na nota explicativa 18.

**18 Provisão para contingências**

**(a) Composição das provisões para contingências e depósitos judiciais**

Na data destas demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas, o Grupo apresentava os seguintes saldos de depósitos judiciais e provisão para contingências:

	Depósitos compulsórios e judiciais				Provisões para contingências			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Tributárias	5.331	9.723	5.331	10.270	5.462	4.563	5.495	4.595
Indenizatória - IAA (i)	174.951	134.977	174.951	134.977				
Trabalhistas e previdenciárias	4.853	4.941	5.356	5.754	15.686	27.052	18.871	29.869
Reclamações cíveis							8.077	10.190
Ambientais					176	168	176	168
	<b>185.135</b>	<b>149.641</b>	<b>185.638</b>	<b>151.001</b>	<b>21.324</b>	<b>31.783</b>	<b>32.619</b>	<b>44.822</b>

**(i) Indenizatória - IAA**

O Poder Judiciário condenou a União a indenizar a Cooperativa de Produtores de Cana de Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (Copersucar) por danos causados a seus cooperados decorrentes da fixação de preços defasados, em vendas de açúcar e etanol realizadas na década de 1980, conforme mencionado na Nota 6.

A União também foi condenada a indenizar a Pioneiros Bioenergia S.A, controlada da Companhia, por uma ação da mesma natureza (0027945-79.2000.4.01.3400), com precatório emitido em 2021. O valor de R\$ 136.869 foi depositado em dezembro de 2023 (R\$ 149.456 em 31 de março de 2025), no entanto, o levantamento encontra-se bloqueado em função da pendência do julgamento do Agravo de Instrumento interposto pela União. O montante foi classificado como ativo contingente, considerando que a liberação financeira não está sob controle da entidade e pode ser fortemente influenciada pelo cenário político e econômico atual.

Na data destas demonstrações financeiras, a melhor estimativa da Administração é de que o direito representa um crédito provável, no entanto, não pode ser considerado praticamente certo.

(b) **Movimentação da provisão para contingências:**

	Controladora				Total
	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Tributárias	
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>		<b>32.442</b>	<b>161</b>	<b>2.910</b>	<b>35.513</b>
Adições		5.413		3.892	9.305
Reversões				(2.538)	(2.538)
Pagamentos efetivos		(12.944)			(12.944)
Atualização monetária		2.141	7	299	2.447
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>		<b>27.052</b>	<b>168</b>	<b>4.563</b>	<b>31.783</b>
Adições	886	8.321		446	9.653
Reversões		(14.141)			(14.141)
Pagamentos efetivos	(886)	(7.156)			(8.042)
Atualização monetária		1.610	8	453	2.071
<b>Saldo em 31 de março de 2025</b>		<b>15.686</b>	<b>176</b>	<b>5.462</b>	<b>21.324</b>

	Consolidado				Total
	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Tributárias	
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<b>9.611</b>	<b>35.526</b>	<b>305</b>	<b>2.910</b>	<b>48.352</b>
Adições		5.663		3.921	9.584
Reversões	(57)	(169)	(145)	(2.538)	(2.909)
Pagamentos efetivos		(13.544)			(13.544)
Atualização monetária	636	2.394	7	302	3.339
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>10.190</b>	<b>29.870</b>	<b>167</b>	<b>4.595</b>	<b>44.822</b>
Adições	886	9.268		446	10.600
Reversões	(2.720)	(14.726)			(17.446)
Pagamentos efetivos	(886)	(7.386)			(8.272)
Atualização monetária	607	1.844	9	455	2.915
<b>Saldo em 31 de março de 2025</b>	<b>8.077</b>	<b>18.870</b>	<b>176</b>	<b>5.496</b>	<b>32.619</b>

(c) **Natureza das contingências:**

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e ambientais e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são suportadas por depósitos judiciais e seguros garantia. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue:

- **Trabalhistas e previdenciárias:** consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas às discussões sobre os valores de rescisão contratual.
- **Cíveis:** referem-se a ações de indenização por acidente de trabalho e de acidentes ocorridos com veículos do Grupo e com veículos de empresas terceirizadas.
- **Ambientais:** referem-se a ações relacionadas a situações ocorridas por queima de canalial (ocorrido por incêndio criminoso), manutenção de área de preservação permanente; corte de árvores sem licenciamento, dentre outros.

A Companhia e sua controlada Pioneiros Bioenergia S.A. são partes envolvidas em outras demandas administrativas e judiciais, sobre as quais não foram constituídas provisões para fazer face a eventuais perdas, tendo por base a orientação de seus consultores jurídicos, que classificaram essas demandas como possível perda:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Cíveis	2.194	1.497	179.473	521.018
Trabalhistas	11.160	8.272	11.806	8.998
Ambientais	825	1.005	1.003	1.166
Tributárias	64.518	77.763	87.784	99.049
	<b>78.697</b>	<b>88.537</b>	<b>280.066</b>	<b>630.231</b>

O principal processo, classificado pelos assessores jurídicos da Companhia com o prognóstico de perda possível, é decorrente de uma ação cível da controlada Pioneiros Bioenergia S.A. A ação procura ressarcir a Massa Falida do Banco Santos por conta de uma suposta emissão de títulos ocorrida em abril de 2004. O processo teve origem em período anterior à aquisição dessa controlada pela Companhia, e uma eventual exigibilidade está considerada no contrato de compra e venda, como objeto de ajuste de participação societária conforme os termos ali dispostos. Em 31 de março de 2025, o passivo contingente era de R\$ 562.639 (R\$ 519.521 em 31 de março de 2024). No entanto, conforme decisão recente do Superior Tribunal de Justiça, a partir de setembro de 2024, a Companhia entende ser possível adotar a taxa SELIC como índice referencial único de correção monetária e cálculo de juros com base na Lei n.º 14.905/2024. Esse entendimento por parte da Companhia resultou em uma redução substancial do valor estimado da contingência, para R\$ 177.646. A Companhia entende ainda que o tema da atualização trata de norma de ordem pública, ou seja, oponível em qualquer fase processual. Desta forma, a Companhia informa que a fundamentação quanto à mudança será, oportunamente, apresentada no processo nas próximas movimentações. A administração reitera que a petição, ainda a ser realizada, não prejudica sua melhor estimativa na data destas demonstrações financeiras.

## 19 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora							
	2023	Resultado	PL	2024	Resultado	PL	2025
<b>Créditos tributários sobre:</b>							
Prejuízo fiscal do imposto de renda	69.226	(16.158)		53.068	18.059		71.127
Base negativa da contribuição social	24.921	(5.817)		19.104	6.502		25.606
Provisão para contingências	15.931	(1.268)		14.663	(3.707)		10.956
Prov. Tributária PIS/COFINS - Sub judice - IAA	12.282	8.931		21.213			21.213
Provisão para perdas	380	3.403		3.783	3.277		7.060
CPC 06 - Contratos de arrendamentos	4.202	(4.202)					
Hedge accounting - fluxo de caixa swap			1.121	1.121		3.173	4.294
Hedge accounting - fluxo de caixa opções			2.820	2.820		(2.586)	234
PPR - Programa de participação no resultado					6.914		6.914
	<b>126.942</b>	<b>(15.111)</b>	<b>3.941</b>	<b>115.772</b>	<b>31.045</b>	<b>587</b>	<b>147.404</b>
<b>Débitos tributários sobre:</b>							
Diferença de taxa de depreciação	(25.478)	(859)		(26.337)	(797)		(27.134)
Custo atribuído do ativo imobilizado	(6.132)	927		(5.205)	924		(4.281)
Valor justo do ativo biológico	(21.570)	(11.639)		(33.209)	22.996		(10.213)
Depreciação acelerada incentivada	(23.524)	(4.168)		(27.692)	(10.166)		(37.858)
Instrumentos financeiros derivativos (Swap)	(4.236)	(978)		(5.214)	(10.019)		(15.233)
Instrumentos financeiros derivativos (Opções - Açúcar)					(227)		(227)
Depreciação acelerada Lavouras formadas		(38.041)		(38.041)	20.791		(17.250)
CPC 06 - Contratos de arrendamentos		(10.146)		(10.146)	(3.386)		(13.532)
Outras diferenças tributáveis	(4.739)	(3.488)		(8.227)	(4.228)		(12.455)
	<b>(85.679)</b>	<b>(68.392)</b>		<b>(154.071)</b>	<b>15.888</b>		<b>(138.183)</b>
<b>IRPJ e CSLL líquidos</b>	<b>41.263</b>	<b>(83.503)</b>	<b>3.941</b>	<b>(38.299)</b>	<b>46.933</b>	<b>587</b>	<b>9.221</b>
Consolidado							
	2023	Resultado	PL	2024	Resultado	PL	2025
<b>Créditos tributários sobre:</b>							
Prejuízo fiscal do imposto de renda	69.226	(16.158)		53.068	18.059		71.127
Base negativa da contribuição social	24.921	(5.817)		19.104	6.502		25.606
Provisão para contingências	15.931	(1.268)		14.663	(3.707)		10.956
Prov. Tributária PIS/COFINS - Sub judice - IAA	12.282	8.931		21.213			21.213
Provisão para perdas	380	3.403		3.783	3.277		7.060
CPC 06 - Contratos de arrendamentos	4.202	(4.202)					
Hedge accounting - fluxo de caixa swap			1.121	1.121		3.173	4.294
Hedge accounting - fluxo de caixa opções			2.820	2.820		(2.586)	234
PPR - Programa de participação no resultado					6.914		6.914
	<b>126.942</b>	<b>(15.111)</b>	<b>3.941</b>	<b>115.772</b>	<b>31.045</b>	<b>587</b>	<b>147.404</b>
<b>Débitos tributários sobre:</b>							
Diferença de taxa de depreciação	(25.479)	(858)		(26.337)	(797)		(27.134)
Custo atribuído do ativo imobilizado	(6.132)	927		(5.205)	924		(4.281)
Valor justo do ativo biológico	(21.570)	(11.639)		(33.209)	22.996		(10.213)
Depreciação acelerada incentivada	(23.524)	(4.168)		(27.692)	(10.166)		(37.858)
Instrumentos financeiros derivativos (Swap)	(4.236)	(978)		(5.214)	(10.019)		(15.233)
Instrumentos financeiros derivativos (Opções - Açúcar)					(227)		(227)
Valor justo de ativos - Combinação de negócios	(1.434)	1.434					
Depreciação acelerada Lavouras formadas		(38.041)		(38.041)	20.791		(17.250)
CPC 06 - Contratos de arrendamentos		(10.146)		(10.146)	(3.386)		(13.532)
Outras diferenças tributáveis	(4.737)	(3.490)		(8.227)	(4.228)		(12.455)
	<b>(87.112)</b>	<b>(66.959)</b>		<b>(154.071)</b>	<b>15.888</b>		<b>(138.183)</b>
<b>IRPJ e CSLL líquidos</b>	<b>39.830</b>	<b>(82.070)</b>	<b>3.941</b>	<b>(38.299)</b>	<b>46.933</b>	<b>587</b>	<b>9.221</b>

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos no balanço, por cada entidade legal, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e quando relacionado a mesma autoridade fiscal.

A controlada Pioneiros Bioenergia S.A. possui créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal do Imposto de renda e da base negativa da Contribuição social e de diferenças temporárias dedutíveis não reconhecidos no montante de R\$ 77.726 (R\$ 79.800 em 2024).

## 19.1 Período estimado de realização do imposto de renda sobre prejuízo fiscal e contribuição social sobre base negativa

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e das diferenças temporárias dedutíveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Em 31 de março de 2025, a expectativa da administração, consoante as projeções de resultados tributáveis futuros, é que os créditos tributários diferidos constituídos sobre prejuízo fiscal de imposto de renda e sobre a base de cálculo negativa de contribuição social sejam realizados conforme a seguir:

	Consolidado						Total
	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	A partir de 60 meses	
Prejuízo fiscal e base negativa	13.289	20.489	24.861	38.094			96.733
Provisão para contingências						10.956	10.956
Prov. Tributária PIS/COFINS - Sub judice - IAA						21.213	21.213
Provisão para perdas	7.060						7.060
Diferença de taxa de depreciação	(1.594)	(1.594)	(1.594)	(1.594)	(1.594)	(19.164)	(27.134)
Custo atribuído do ativo imobilizado	(924)	(924)	(924)	(924)	(585)		(4.281)
Valor justo do ativo biológico	(10.213)						(10.213)
Depreciação acelerada incentivada	(7.572)	(7.572)	(7.572)	(7.572)	(7.570)		(37.858)
Instrumentos financeiros derivativos (Swap)	(3.668)		(11.565)				(15.233)
Instrumentos financeiros derivativos (Opções de açúcar)	(227)						(227)
Hedge accounting - fluxo de caixa swap	1.066	1.333	1.462	275	158		4.294
Hedge accounting - fluxo de caixa opções	234						234
CPC 06 - Contratos de arrendamentos	(13.532)						(13.532)
Depreciação acelerada Lavouras formadas	(3.450)	(3.450)	(3.450)	(3.450)	(3.450)		(17.250)
PPR - Programa de participação no resultado	6.914						6.914
Outras diferenças						(12.455)	(12.455)
	(12.617)	8.282	1.218	24.829	(13.041)	550	9.221

## 19.2 Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	31.590	455.977	35.778	459.390
(-) Juros sobre o capital próprio	(62.665)	(84.505)	(62.665)	(84.505)
<b>Lucro (Prejuízo) antes dos impostos</b>	<b>(31.075)</b>	<b>371.472</b>	<b>(26.887)</b>	<b>374.885</b>
Alíquota padrão IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
<b>Estimativa de IRPJ e CSLL devido</b>	<b>10.566</b>	<b>(126.300)</b>	<b>9.142</b>	<b>(127.461)</b>
<b>Reconciliação para alíquota efetiva:</b>				
<b>Adições permanentes</b>				
Resultado das investidas	(4.707)	(13.302)		
Mais valia de combinação de negócios		(946)		
Outras despesas não dedutíveis	(6.010)	(3.075)	(6.010)	(3.504)
<b>Exclusões permanentes</b>				
Resultado das investidas	20.546	25.973	7.743	3.467
Lei do Bem	1.329	720	1.329	720
Receita de Cbios	24.384	11.319	24.384	11.319
Incentivos fiscais	654	624	654	624
Outras receitas não tributáveis	1.097	141	1.007	142
<b>Prejuízo fiscal utilizado no período (não reconhecido anteriormente)</b>			2.073	2.204
<b>Controladas tributadas pelo lucro presumido</b>			3.349	4.230
<b>Despesas com IRPJ e CSLL no resultado</b>	<b>47.859</b>	<b>(104.846)</b>	<b>43.671</b>	<b>(108.259)</b>
Imposto de renda e contribuição social Corrente	926	(21.343)	(3.262)	(26.189)
Imposto de renda e contribuição social Diferidos	46.933	(83.503)	46.933	(82.070)
	<b>47.859</b>	<b>(104.846)</b>	<b>43.671</b>	<b>(108.259)</b>
Alíquota efetiva	151,50%	-22,99%	122,06%	-23,57%

## 20 Patrimônio líquido

### (a) Capital social

O capital social é composto por 189.933.644 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em deliberação na Assembleia Geral Ordinária de 28 de junho de 2024 o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 145.000 com a redução do saldo da conta reserva de lucros, sem a emissão de novas ações, de forma que o novo capital social da Companhia passou a ser de R\$ 560.000.

### (b) Reservas de lucro

#### Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

#### Reserva de retenção de lucros

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de junho de 2024 foi aprovado a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia no valor de R\$ 50.292. Ainda, neste ato, foi aprovada a constituição da reserva legal de R\$ 17.647, além da capitalização do valor remanescente do lucro do exercício de 2024 como reserva de lucros. Considerando que após a destinação do resultado, o saldo da conta de reserva de lucros excedeu o valor do capital social da Companhia e diante do limite do artigo 199 da Lei das S.A., os acionistas aprovaram o aumento de capital da Companhia em R\$ 145.000. Os excessos de lucros estão disponíveis para deliberação dos acionistas.

### (c) Reservas de capital

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos ou pagos pela Companhia em transações que não transitaram pelo resultado por se referirem a valores retificadores de seu capital, sem ter como contrapartida qualquer esforço da Companhia em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços, são transações de capital entre sócios. As reservas de capital somente podem ser utilizadas para (i) absorver prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros; (ii) resgate, reembolso ou compra de ações; (iii) resgate de partes beneficiárias; (iv) incorporação ao capital e (v) pagamento de dividendo cumulativo.

#### Mais valia de investimento

Saldo decorrente do acréscimo patrimonial, resultado da troca de ações, quando da combinação de negócios para obtenção de controle da Pioneiros Bioenergia S.A. e da Companhia Brasileira de Bioeletricidade, ocorrido em 26 de março de 2012.

### (d) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia.

O Estatuto Social da Companhia estabelece o pagamento mínimo de 15% do lucro líquido do exercício, podendo ser superior conforme deliberação do Conselho de acionistas.

A Companhia poderá pagar ou creditar juros a título de remuneração de capital próprio calculados sobre as contas do patrimônio líquido, observadas as taxas e os limites definidos em lei.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de junho de 2024 foi aprovado a distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 50.292, equivalente a 15% do lucro líquido, distribuídos aos acionistas na proporção de sua participação no capital, integralmente na forma de juros sobre o capital próprio, líquidos de imposto de renda, neste ato, capitalizados individualmente para cada acionista.

### Movimentação dos dividendos:

Destinação dos resultados	2025	2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>79.449</b>	<b>351.131</b>
(+) Realização do custo atribuído	1.793	1.801
(-) Reserva legal	(4.062)	(17.622)
Base para dividendos	77.180	335.310
Dividendos mínimos obrigatórios - 15% (i)	(11.577)	(50.294)
Lucro após Juros sobre o capital próprio	65.603	285.016
(-) JCP creditados e não pagos	(51.088)	
(-) IRRF sobre JCP	(9.400)	(12.674)
<b>Lucro a destinar</b>	<b>5.115</b>	<b>272.342</b>
Movimentação dos dividendos e JCP	2025	2024
<b>Saldo a pagar em 1º de abril</b>	<b>50.294</b>	<b>18.649</b>
Dividendos e JCP pagos (ano anterior)	(50.294)	(18.649)
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício (i)	11.577	50.294
Juros sobre o capital próprio creditados (i)	51.088	
<b>Saldo a pagar em 31 de março</b>	<b>62.665</b>	<b>50.294</b>

- (i) No exercício findo em 31 de março de 2025 a Companhia creditou juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 62.665, valor este que, parte será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, R\$ 11.577. O saldo remanescente poderá ser pago a título de proventos complementares, a serem deliberados na próxima Assembleia Geral Ordinária. No entanto, considerando que o benefício tributário fora utilizado na sua integralidade, uma vez não pago, será obrigatoriamente objeto de aumento de capital social. Neste sentido, na data destas demonstrações financeiras a obrigação presente está representada pelo benefício integral.

O imposto de renda retido na fonte, no valor de R\$ 9.400 (15% sobre o benefício de R\$ 62.665) será integralmente pago pela Companhia e para fins de movimentação patrimonial estão classificados como “Dividendos complementares propostos”.

### (e) Ajuste de avaliação patrimonial

#### **Deemed cost**

A Companhia e suas controladas optaram pelo reconhecimento do custo atribuído (*deemed cost*) como previsto no Pronunciamento Técnico - CPC 27 e Interpretação Técnico - ICPC 10, ajustando assim o custo histórico de determinados bens do ativo imobilizados existentes em 1º de janeiro de 2009. Em contrapartida foi constituída no Patrimônio Líquido, a mais valia de custo atribuído, líquido dos impostos diferidos. Com a realização do custo atribuído nos anos subsequentes, este valor monta em R\$ 7.695 em 31 de março de 2025 (R\$ 9.488 em 2024).

#### **Hedge accounting**

A partir de 1º de julho de 2023 a Companhia efetuou a designação formal de suas operações sujeitas a *hedge accounting* para os instrumentos financeiros não derivativos de proteção de fluxos de caixa da variação cambial e de preço de venda da *commodity* açúcar, documentando: (i) Diretrizes, (ii) Motivos para a realização das operações de *hedge*, (iii) Instrumento de *hedge*, (iv) Item protegido, (v) Risco protegido e (vi) Teste de efetividade prospectivo. Detalhes quanto ao reconhecimento inicial e mensuração subsequente estão descritos na nota explicativa 2.4 e 25.1.1 a) (III).

A Companhia efetuou registro dos ganhos e perdas considerados como efetivos para fins do *hedge accounting* em conta específica no patrimônio líquido, até que o objeto de cobertura (item coberto) afete o resultado, momento no qual este ganho ou perda de cada instrumento designado deverá afetar o resultado na mesma rubrica que o item protegido.

Em 31 de março de 2025 os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a expectativa de realização no resultado, por safra no montante de R\$ 8.795, estão demonstrados a seguir:

### Hedge accounting - Opções

	Controladora e Consolidado	
	Expectativa de realização por safras	
	2025/2026	Total
Opções Zero Cost Collar	(3.796)	(3.796)
(-) Tributos diferidos	1.291	1.291
Efeito no patrimônio líquido	<b>(2.505)</b>	<b>(2.505)</b>

	Controladora e Consolidado	
	Expectativa de realização por período	
	12 Meses	Total
Opções Zero Cost Collar	(3.796)	(3.796)
(-) Tributos diferidos	1.291	1.291
Efeito no patrimônio líquido	<b>(2.505)</b>	<b>(2.505)</b>

### Hedge accounting – Swap

	Controladora e Consolidado				
	Expectativa de realização por safras				
	2025/2026	2026/2027	2027/2028	A partir de 2028/2029	Total
Swaps	(3.604)	(3.922)	(4.299)	(808)	(12.633)
(-) Tributos diferidos	1.225	1.333	1.462	275	4.295
Efeito no patrimônio líquido	<b>(2.379)</b>	<b>(2.589)</b>	<b>(2.837)</b>	<b>(533)</b>	<b>(8.338)</b>

	Controladora e Consolidado		
	Expectativa de realização por período		
	12 Meses	Mais que 12 meses	Total
Swaps	(3.136)	(9.497)	(12.633)
(-) Tributos diferidos	1.066	3.229	4.295
Efeito no patrimônio líquido	<b>(2.070)</b>	<b>(6.268)</b>	<b>(8.338)</b>

### Hedge accounting – NDF

	Controladora e Consolidado	
	Expectativa de realização por safras	
	2025/2026	Total
Opções Offshore	-	-
NDF Câmbio	5.428.096	5.428.096
NDF Commodities	(2.324.547)	(2.324.547)
NDFs	3.103	3.103
(-) Tributos diferidos	(1.055)	(1.055)
Efeito no patrimônio líquido	<b>2.048</b>	<b>2.048</b>

	Controladora e Consolidado	
	Expectativa de realização por período	
	12 Meses	Total
Opções Offshore		-
NDF Câmbio	5.428.096	5.428.096
NDF Commodities	(2.324.547)	(2.324.547)
<i>NDFs</i>	3.103	3.103
(-) Tributos diferidos	(1.055)	(1.055)
Efeito no patrimônio líquido	<b>2.048</b>	<b>2.048</b>

## 21 Receita operacional líquida

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta de produtos e serviços	1.565.053	1.622.736	1.606.974	1.660.413
Realização <i>hedge accounting</i> - Opções de açúcar	1.038	8.012	1.038	8.012
Impostos sobre vendas	(113.274)	(125.435)	(116.125)	(128.186)
Receita operacional líquida	<b>1.452.817</b>	<b>1.505.313</b>	<b>1.491.887</b>	<b>1.540.239</b>

A composição da receita bruta, por produto, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Mercado interno:				
Etanol	910.495	918.287	910.495	918.287
Açúcar	298.552	288.242	298.552	288.242
Energia elétrica			71.101	64.061
Serviços prestados	29.180	26.384		
CBIOS	35.982	33.044	35.982	33.044
Cana de açúcar	10.001	38.685	10.001	38.685
	<b>1.284.210</b>	<b>1.304.642</b>	<b>1.326.131</b>	<b>1.342.319</b>
Mercado externo:				
Açúcar	253.799	205.082	253.799	205.082
Etanol	27.044	113.012	27.044	113.012
	<b>280.843</b>	<b>318.094</b>	<b>280.843</b>	<b>318.094</b>
Receita bruta de produtos e serviços	<b>1.565.053</b>	<b>1.622.736</b>	<b>1.606.974</b>	<b>1.660.413</b>
Realização <i>hedge accounting</i> - Opções de açúcar	1.038	8.012	1.038	8.012
Impostos sobre vendas	(113.274)	(125.435)	(116.125)	(128.186)
	<b>1.452.817</b>	<b>1.505.313</b>	<b>1.491.887</b>	<b>1.540.239</b>

As receitas do Grupo estão sujeitas a determinados tributos e contribuições (apresentados acima em deduções das receitas), os quais são arrecadados em nome da autoridade fiscal e não resultam em aumento do patrimônio líquido do Grupo. Esses tributos e contribuições relacionam-se substancialmente a Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias ("ICMS"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Imposto sobre Serviços ("ISS") e Contribuição Previdenciária Patronal ("INSS") reconhecidos pelas alíquotas básicas a seguir:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota
Imposto sobre Operação relativas à Circulação de Mercadoria	ICMS	Diversas (*)
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%(I), 1,65%(II)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%(I), 7,60%(II)
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2% a 5%
Contribuição Previdenciária Patronal	INSS	0,25% a 2,85%

(I) Alíquota para lucro presumido (Termoelétricas);

(II) Alíquota para lucro real (Demais);

(\*) Refletem as alíquotas vigentes em cada estado de operação do Grupo no Brasil:

Diversas (*)	Alíquota
Açúcar	7% a 18%
Etanol hidratado	12%
Etanol anidro	Diferimento
Energia	Diferimento/não incidência
Outras	7% a 18%

## 22 Despesas por natureza

	Controlada		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Cana adquirida de fornecedores	(280.230)	(248.111)	(280.230)	(248.111)
Insumos e materiais de consumo	(14.407)	(22.291)	(15.748)	(22.708)
Variação valor justo do ativo biológico	30.077	97.715	30.077	97.715
Realização do valor justo ativo biológico	(97.715)	(63.480)	(97.715)	(63.480)
Amortização do ativo biológico	(182.618)	(184.621)	(182.618)	(184.621)
Amortização da planta portadora	(208.197)	(164.881)	(208.197)	(164.881)
Amortização do direito de uso	(130.705)	(119.063)	(130.705)	(119.063)
Despesas com pessoal	(152.195)	(151.426)	(154.577)	(151.437)
Depreciação e amortização	(120.702)	(115.504)	(133.857)	(127.343)
Serviços de terceiros	(102.443)	(101.557)	(104.698)	(102.520)
Manutenção	(40.446)	(38.405)	(40.452)	(38.476)
Combustíveis	(52.068)	(50.671)	(52.068)	(50.750)
Outras (receitas) e despesas	(13.593)	(17.439)	(14.570)	(17.740)
Perda na realização dos estoques	348	(348)	348	(348)
<b>Total</b>	<b>(1.364.894)</b>	<b>(1.180.082)</b>	<b>(1.385.010)</b>	<b>(1.193.763)</b>
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.235.089)	(1.062.575)	(1.254.172)	(1.074.825)
Despesas gerais e administrativas	(59.899)	(46.296)	(60.932)	(47.727)
Despesas com vendas	(69.906)	(71.211)	(69.906)	(71.211)
	<b>(1.364.894)</b>	<b>(1.180.082)</b>	<b>(1.385.010)</b>	<b>(1.193.763)</b>

## 23 Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Outras despesas				
Amortização da mais valia - combinação de negócios		(2.783)		
Reestruturação Polo Noroeste	(44)	(256)	(44)	(327)
Outras despesas	(15.754)	(31.808)	(17.022)	(37.239)
Provisão para perda ICMS	(15.277)		(15.277)	
Impairment do imobilizado			(517)	
Custo da prestação de serviços e produtos agrícolas	(22.363)	(22.468)	(22.363)	(22.468)
Outras despesas PPA				(4.216)
Provisão para perdas com estoques	(743)	(361)	(743)	(361)
Provisão para contingências	(16.551)	(17.189)	(21.642)	(18.360)
Custos com baixas de imobilizados	(4.555)	(3.392)	(4.748)	(3.420)
	<b>(75.287)</b>	<b>(78.257)</b>	<b>(82.356)</b>	<b>(86.391)</b>
Outras receitas				
Indenizatória - IAA		228.456		228.456
Crédito extemporâneo PIS e Cofins (i)	11.654	8.343	11.654	8.343
Créditos de CBIOS	22.173		22.173	
Outras receitas	22.661	24.721	26.349	30.897
Reversão do Impairment do imobilizado			517	2.909
Venda de produtos e prestação serviços agrícolas	11.810	14.575	11.810	14.575
Reversão da provisão para contingências	19.926	14.246	23.396	15.218
Reversão para perdas com estoques	115	27	115	27
Recuperações diversas	11.347	6.693	11.679	6.751
Receitas com vendas de imobilizados	4.652	2.130	5.565	2.690
	<b>104.338</b>	<b>299.191</b>	<b>113.258</b>	<b>309.866</b>
Outras receitas, líquidas	<b>29.051</b>	<b>220.934</b>	<b>30.902</b>	<b>223.475</b>

- (i) Refere-se aos créditos extemporâneos de Pis e Cofins reconhecidos face a reavaliação da Administração quanto aos aspectos e pela fixação do conceito de insumo, compreendido à luz dos critérios da essencialidade ou relevância.

### 24 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Despesa financeira</b>				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(85.120)	(80.546)	(85.120)	(80.557)
Perdas rateadas pela cooperativa	(2.709)	(1.271)	(2.709)	(1.271)
Ajuste negativo com derivativos - <i>Swap</i>	(47.147)	(70.203)	(47.147)	(70.203)
Ajuste negativo com derivativos - <i>Opções</i>	(101)	(4.279)	(101)	(4.279)
Variação cambial	(45.296)	(12.461)	(45.296)	(12.461)
Variação monetária	(22.705)	(23.198)	(22.705)	(23.198)
Ajuste a valor presente	(79.522)	(64.338)	(79.522)	(64.338)
Outras	(5.544)	(3.823)	(4.664)	(3.668)
	<b>(288.144)</b>	<b>(260.119)</b>	<b>(287.264)</b>	<b>(259.975)</b>
<b>Receita financeira</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras	59.489	45.862	65.619	51.693
Ganhos rateados pela cooperativa	1.466	313	1.466	313
Juros recebidos ou auferidos	13.693	11.936	13.849	12.661
Ajuste positivo com derivativos - <i>Swap</i>	54.206	53.244	54.206	53.244
Ajuste positivo com derivativos - <i>Opções</i>	839	4.385	839	4.385
Variação cambial	25.312	15.283	25.312	15.283
Outras	1.170	1.637	1.198	1.636
	<b>156.175</b>	<b>132.660</b>	<b>162.489</b>	<b>139.215</b>
Resultado financeiro, líquido	<b>(131.969)</b>	<b>(127.459)</b>	<b>(124.775)</b>	<b>(120.760)</b>

## 25 Instrumentos financeiros

Categoria de Instrumento financeiro	Controladora		Consolidado		
	2025	2024	2025	2024	
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Mensurados ao custo amortizado	9.423	56	9.478	96
Caixa e equivalentes de caixa	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	561.408	652.949	614.861	699.610
Contas a receber de clientes	Mensurados ao custo amortizado	12.040	14.010	12.900	16.192
Caixa restrito	Mensurados ao custo amortizado	660		660	
Instrumentos financeiros derivativos - Swap (i)	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	34.373	19.394	34.373	19.394
Instrumentos financeiros derivativos - Opções açúcar (ii)	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	823		823	
Instrumentos financeiros derivativos - NDF	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	491		491	
Contas a receber cooperativa	Mensurados ao custo amortizado	27.115	52.035	27.115	52.035
Dividendos a receber	Mensurados ao custo amortizado	364	304	364	304
Outros ativos	Mensurados ao custo amortizado	8.015	17.638	8.096	17.753
Depósitos judiciais	Mensurados ao custo amortizado	185.135	149.641	185.638	151.001
		<b>839.847</b>	<b>906.027</b>	<b>894.799</b>	<b>956.385</b>
<b>Passivo</b>					
Fornecedores	Mensurados ao custo amortizado	81.169	97.544	81.748	100.084
Empréstimos e financiamentos	Mensurados ao custo amortizado	1.129.285	1.015.023	1.129.285	1.015.023
Instrumentos financeiros derivativos - Swap (i)	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	2.203	4.058	2.203	4.058
Instrumentos financeiros derivativos - Opções açúcar (ii)	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	3.947	6.313	3.947	6.313
Instrumentos financeiros derivativos - NDF	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	354		354	
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	Mensurados ao custo amortizado	62.665	50.294	62.665	50.294
Arrendamento e parcerias a pagar	Mensurados ao custo amortizado	951.242	894.546	951.242	894.546
Outros passivos	Mensurados ao custo amortizado	16.357	37.474	29.812	60.887
		<b>2.247.222</b>	<b>2.105.252</b>	<b>2.261.256</b>	<b>2.131.205</b>

- (i) Estes instrumentos financeiros derivativos referem-se à *Swap* de moeda e taxa de juros, sendo: *Swap* de valor justo (USD) com valor de referência (nocial) de US\$ 34.280 mil (março de 2024 – US\$ 27.766 mil) e *Swap* de valor justo (BRL) com valor referência (nocial) de R\$ 181.244 (março de 2024 – R\$ 242.948), totalizando um valor justo de R\$ 32.169 (março de 2024 – R\$ 15.336).
- (ii) Estes instrumentos financeiros derivativos referem-se a opções denominadas “*Zero Cost Collar*”, (compra de *Put* e venda de *Call*). Os derivativos foram designados para proteção dos fluxos de caixa relacionados à variação do preço do açúcar e da variação cambial referente as vendas futuras de açúcar. As informações detalhadas sobre esses instrumentos financeiros derivativos estão detalhadas na nota 25.1.1 a) iii.

## 25.1 Gestão de risco financeiro

### 25.1.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros, de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

Todas as operações de venda de açúcar e etanol da Companhia são efetuadas através da cooperativa - Copersucar. Assim, a Companhia utiliza em suas projeções e revisões mensais, a estratégia de fixação de preços das exportações e vendas no mercado interno e externo definida pela cooperativa.

#### (a) Risco de mercado

##### (i) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com instrumentos financeiros derivativos para proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

##### (ii) Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

O montante indexado ao dólar norte-americano na data do balanço patrimonial consolidado referente a empréstimos e financiamentos que montam em US\$ 34.280 mil, equivalentes a R\$ 196.840 mil (março de 2024 – US\$ 28.097 mil equivalentes a R\$ 140.378 mil).

Para mitigar estes riscos o Grupo possui uma política de hedge que determina a cobertura das posições por meio da contratação de *Swap* no momento da tomada do risco.

##### (iii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio e juros pré-fixados não sendo utilizados para fins especulativos.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger (i) as operações financeiras contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio e juros pré-fixados e (ii) na comercialização de açúcar contra riscos de flutuação da taxa cambial e flutuação dos preços.

Consolidado	Controladora e Consolidado			
	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<i>Commodities</i>	823	3.947		6.313
<i>Non Deliverable Forwards</i>	491	354		
<i>Swap</i>	34.373	2.203	19.394	4.058
<b>Total</b>	<b>35.687</b>	<b>6.504</b>	<b>19.394</b>	<b>10.371</b>
Circulante	9.919	5.253	3.879	5.630
Não Circulante	25.768	1.251	15.515	4.741

Como descrito na nota explicativa 2.4, a Companhia optou pela utilização da contabilidade de *hedge* para a contabilização de seus instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia implementou a prática contábil do *hedge accounting*, com o objetivo de ordenar os efeitos dos *hedges* no mesmo período em que a exposição protegida é reconhecida. Assim, em atendimento ao CPC 48, correlacionado ao IFRS 9, a adoção dessa metodologia foi realizada de forma prospectiva para as operações pré-existentes, bem como para as novas operações, mediante a designação para fins de *hedge accounting*, cujos derivativos são mensurados pelo valor justo e suas correspondentes variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando designado como *hedge accounting*.

A Companhia documenta, no início da operação ou, com base na adoção inicial da política para as operações pré-existentes, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*, em observância à sua política de gestão de risco.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na conta de ajuste de avaliação patrimonial permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na conta de ajuste de avaliação patrimonial e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

A Composição dos instrumentos financeiros derivativos para contabilidade de *hedge* na data destas demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas é:

Controladora e Consolidado							
	Volume contratado (*)	Preço médio (em reais) (*)	Valor de referência - R\$	Indexadores	Valor justo	(-) Tributos diferidos	Efeito no patrimônio líquido
Contratos de Swap			160.000	IPCA / CDI	(10.663)	3.625	(7.038)
Contratos de Swap			173.045	USD / CDI	(1.970)	670	(1.300)
Contratos de Opções	70.666	2.367	167.300		(3.796)	1.291	(2.505)
Contratos de NDFs			49.977	USD	(2.325)	790	(1.535)
Contratos de NDFs	18.797	2.705	50.846	Commodities	5.428	(1.845)	3.583
	<b>89.463</b>		<b>601.168</b>		<b>(13.326)</b>	<b>4.531</b>	<b>(8.795)</b>

(\*) Açúcar, em toneladas.

### (b) Risco de crédito

Considerando que a totalidade da produção de açúcar e etanol é entregue a Cooperativa - Copersucar, a administração entende que está, preponderantemente, exposta a um baixo nível de risco de crédito, assim como para os demais recebíveis decorrentes da venda subprodutos e demais materiais, dado a representatividade destes recebíveis.

No mercado de energia elétrica, a controlada indireta, Termoelétrica Interlagos Ltda. tem como clientes, parte, empresas participantes do 1º Leilão de Energia Nova de 2005 e parte no mercado livre, a Termoelétrica Santa Adélia Ltda. tem como cliente, empresas no mercado livre. A Pioneiros Termoelétrica Sud Mennucci Ltda. tem como único cliente a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. e a Pioneiros Termoelétrica Ilha Solteira Ltda. tem como clientes empresas participantes do Leilão de Fontes Alternativas de 2007. Dado ao baixo risco de crédito da Eletrobrás e o histórico de adimplência nos pagamentos dos demais clientes, a administração entende que este é um risco de crédito administrado.

## (c) Risco de liquidez

É o risco do Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área de tesouraria.

## (d) Gestão de capital

O Grupo gere seus investimentos em capital para assegurar que as entidades dependentes tenham assegurada sua continuidade desde um ponto de vista de situação patrimonial maximizando a rentabilidade dos acionistas através da otimização da estrutura de patrimônio e recursos de terceiros no passivo dos respectivos balanços.

A gestão do capital é realizada pela administração do Grupo, com enfoque no incremento do valor do negócio a longo prazo, tanto para os acionistas e investidores, como para empregados e clientes. O objetivo é a consecução constante e sustentável de seus resultados. Para este propósito é necessário o equilíbrio nos negócios com um controle sobre os riscos financeiros, combinado com o grau de flexibilidade financeira requerida para alcançar tais objetivos.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia e suas controladas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e de outros valores de liquidez imediata. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	Consolidado	
	2025	2024
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	1.129.285	1.015.023
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(624.339)	(699.706)
(-) Instrumentos financeiros derivativos - Swap	(32.169)	(15.336)
Dívida líquida	<b>472.777</b>	<b>299.981</b>
Total do patrimônio líquido	1.303.160	1.303.543
Capital total (Dívida líquida + Patrimônio líquido)	<b>1.775.937</b>	<b>1.603.524</b>
Índice de alavancagem financeira - %	27%	19%

## (e) Análise de sensibilidade dos riscos de mercado

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado, relacionados às variações do CDI e Selic. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de março de 2025, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras. Como referência utilizamos o CDI na data base 31 de março de 2025 a 14,15% ao ano.

O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças nos fatores de risco relevantes aos quais a Companhia está exposta.

						<b>Controladora</b>	
						Aumento em pontos percentuais	Efeito no lucro antes dos tributos
	Nota	2025	Cenário provável				
Caixa e equivalente de caixa e Aplicações financeiras	CDI	4	561.408	84.643		25% 50%	20.864 41.085
Empréstimos e financiamentos	CDI	15	885.309	(119.300)		25% 50%	(27.664) (54.475)
Empréstimos e financiamentos	TR (FINEP)	15	29.590	(1.707)		25% 50%	(116) (231)
Debêntures	CDI	15	186.992	(24.684)		25% 50%	(5.280) (10.397)

						<b>Consolidado</b>	
						Aumento em pontos percentuais	Efeito no lucro antes dos tributos
	Nota	2025	Cenário provável				
Caixa e equivalente de caixa e Aplicações financeiras	CDI	4	614.861	92.604		25% 50%	22.873 45.040
Empréstimos e financiamentos	CDI	15	885.309	(119.300)		25% 50%	(27.664) (54.475)
Empréstimos e financiamentos	TR (FINEP)	15	29.590	(1.707)		25% 50%	(116) (231)
Debêntures	CDI	15	186.992	(24.684)		25% 50%	(5.280) (10.397)

## 26 Compromissos

O Grupo possui compromissos de vendas de açúcar, etanol e energia, por meio dos quais se compromete a entregar volumes desses produtos na próxima safra. Em 31 de março de 2025, os volumes de compromissos totalizam 314.957 toneladas de açúcar (218.883 toneladas em 31 de março de 2024), 260.124 metros cúbicos de etanol (385.123 metros cúbicos em 31 de março de 2024), além de compromissos de fornecimento de energia, adquiridos em participação de leilões e em negociações no mercado livre de energia, os quais totalizam 314.601 Mwh (360.798 Mwh em 31 de março de 2024) a serem cumpridos até 31 de março de 2026. Adicionalmente, o Grupo possui contratos de arrendamento e parceria agrícola conforme mencionado na nota 13.

27 Transações com partes relacionadas

27.1 Controladora

	Pioneiros Bioenergia S.A.	Companhia Brasileira de Participações em Bioeletricidade	Copersucar S.A.	Pioneiros Termoeletrica Sud Mennucci Ltda.	Pioneiros Termoeletrica Ilha Solteira Ltda.	Termoeletrica Santa Adelia Ltda.	Termoeletrica Interlagos Ltda.	CTC – Centro de tecnologia Canavieira S.A.	Agropecuária Gino Bellodi Ltda.	Pioneiros Participações S.A.	Acionistas Pessoas Físicas	2025	Controladora 2024
<b>(a) Saldos</b>													
<b>Ativo circulante</b>													
Contas a receber (i)	19			298	331	45						693	496
Dividendos a receber			203					161				364	304
<b>Ativo não circulante</b>													
Direito de uso									256.691	164	45.021	301.876	329.694
<b>Passivo circulante</b>													
Fornecedores (ii)	(1.446)			(53)								(1.499)	(795)
Parceria a pagar									(22.057)	(120)	(2.510)	(24.687)	(22.437)
Dividendos a pagar											(62.665)	(62.665)	(50.294)
Mútuo a pagar (iv)	(10.378)											(10.378)	(199)
<b>Passivo não circulante</b>													
Parceria a pagar									(291.858)	(86)	(47.070)	(339.014)	(360.360)
Mútuo a pagar (iv)													(8.059)
<b>(b) Principais operações</b>													
Venda de serviços (i)	226	169		531	10.986	9.016	9.319					30.247	27.433
Aluguel (ii)	(1.956)											(1.956)	(5.550)
Parceria Agrícola									(26.011)	(99)	(4.401)	(30.511)	(62.193)
Pagamentos de royalties								(3.992)				(3.992)	(4.358)
Dividendos recebidos		17.239	15.045					161				32.445	43.498
Compra de materiais e insumos	(3.563)											(3.563)	(2.091)
Despesa financeira sobre ajuste de performance													(50)
Encargos financeiros mútuo	(961)											(961)	(199)

- (i) A Companhia possui contratos de operação e manutenção das instalações industriais de cogeração de energia elétrica das controladas indiretas Termoelétrica Santa Adélia Ltda., Termoelétrica Interlagos Ltda. e Pioneiros Termoelétrica Ilha Solteira Ltda., com vigência indeterminada, sendo, no entanto, causa de rescisão automática a reestruturação societária da CBPB. Adicionalmente Companhia possui contrato de serviços administrativos das controladas indiretas Pioneiros Termoelétrica Sud Mennucci Ltda., Pioneiros Termoelétrica Ilha Solteira Ltda., Termoelétrica Interlagos Ltda. e Termoelétrica Santa Adélia Ltda. e controlada direta Companhia Brasileira de Participações em Bioeletricidade.
- (ii) Decorrente do contrato acima mencionado, a Companhia mantém duas obrigações de restituição: “Restituição de energia contratada” e “Restituição de garantia mínima de performance”. A primeira corresponde à diferença financeira ocorrida em função da impossibilidade de geração mínima de energia necessária para cumprimento dos contratos em vigor, hipótese em que a Usina Santa Adélia S.A. deverá restituir às controladas indiretas pela diferença entre a energia gerada e a energia contratada comprometida pelos contratos em vigor. A segunda restituição corresponde à diferença financeira ocorrida da impossibilidade de geração de energia necessária para cumprimento da Garantia Mínima de Performance, que se refere à obrigação da Usina Santa Adélia S.A de garantir a matéria-prima necessária para a geração de 295.197 Mwh anualmente. A apuração das restituições é realizada no término de cada ano safra, logo, em março de 2025 não foi constituído saldos de restituição.
- (iii) No exercício a Companhia realizou a locação de veículos, de um galpão para armazenamento de fertilizantes e de tanques de armazenagem de etanol junto a Pioneiros Bioenergia S.A.
- (iv) Em janeiro de 2024 foi firmado um contrato de mútuo entre a Pioneiros Bioenergia S.A. e a Usina Santa Adélia S.A. com taxa efetiva de juros de 10,81% a.a. e vencimento em abril de 2025.

As transações com partes relacionadas são realizadas com base nos valores acordados entre as partes.

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga durante o exercício findo em março de 2025 refere-se a salários, encargos sociais e programa de remuneração variável no montante de R\$ 8.031 (em março de 2024 – R\$ 5.835). Os valores relacionados à remuneração da administração são aprovados em ata de reunião do Conselho de Administração, a qual está vigente conforme Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de abril de 2023.

## 27.2 Consolidado

	Consolidado						
	Copersucar S.A.	CTC – Centro de tecnologia Canaveieira S.A.	Agropecuária Gino Bellodi Ltda	Pioneiros Participações S.A.	Acionistas Pessoas Físicas	2025	2024
<b>(a) Saldos</b>							
<b>Ativo circulante</b>							
Dividendos a receber	203	161				364	304
<b>Ativo não circulante</b>							
Direito de uso			256.691	164	45.021	301.876	329.694
<b>Passivo circulante</b>							
Fornecedores							(228)
Parceria a pagar			(22.057)	(120)	(2.510)	(24.687)	(22.437)
Dividendos a pagar					(62.665)	(62.665)	(50.294)
<b>Passivo circulante</b>							
Parceria a pagar			(291.858)	(86)	(47.070)	(339.014)	(360.360)
<b>(b) Principais operações</b>							
Parceria Agrícola			(26.011)	(99)	(4.401)	(30.511)	(62.193)
Pagamentos de royalties		(3.992)				(3.992)	(4.358)
Dividendos recebidos	15.088	161				15.249	24.443

## 28 Seguros

A Companhia e suas controladas buscam no mercado apoio de consultores de seguros para estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas, em 31 de março de 2025, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Bens Segurados	Riscos cobertos	Montante máximo da cobertura em reais
Prédios, instalações, móveis, máquinas e utensílios	Cobertura básica (Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, roubo e furto)	330.757
Lucros Cessantes	Prejuízos pela interrupção da atividade produtiva em decorrência de danos materiais em instalações, edificações, máquinas e equipamentos industriais.	189.726
Linhas de transmissão	Danos materiais (Excluindo roubo e furto de cabos)	2.000
Veículos	Cascos Danos materiais e danos corporais Danos morais	Valor mercado 600 50
Equipamentos agrícolas	Cobertura básica (Incêndio, raio, explosão, colisão, roubo e furto) Danos elétricos	25.000 5.000
Responsabilidade civil geral	Danos causados à terceiros em virtude da operação da empresa	20.000
Responsabilidade civil - Diretores e Administradores (D&O)	Ações contra Diretores e Administradores do Grupo	80.000

Embora as lavouras de cana-de-açúcar não sejam cobertas por seguros, a Companhia, além de adotar medidas preventivas, como por exemplo, a manutenção de brigadas de incêndio, entende que o valores segurados para perda de receita bruta é suficiente para assegurar a continuidade normal de suas operações em eventual caso de sinistro.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração.

\* \* \*

MARCOS PALETTA CAMARA  
DIRETOR SUPERINTENDENTE

TIAGO MARCELO DE NOVAES  
DIRETOR ADMINISTRATIVO

ALINE MARCHESINI RIBEIRO DE ANDRADE  
CONTADORA  
CRC:1SP323376/O-8